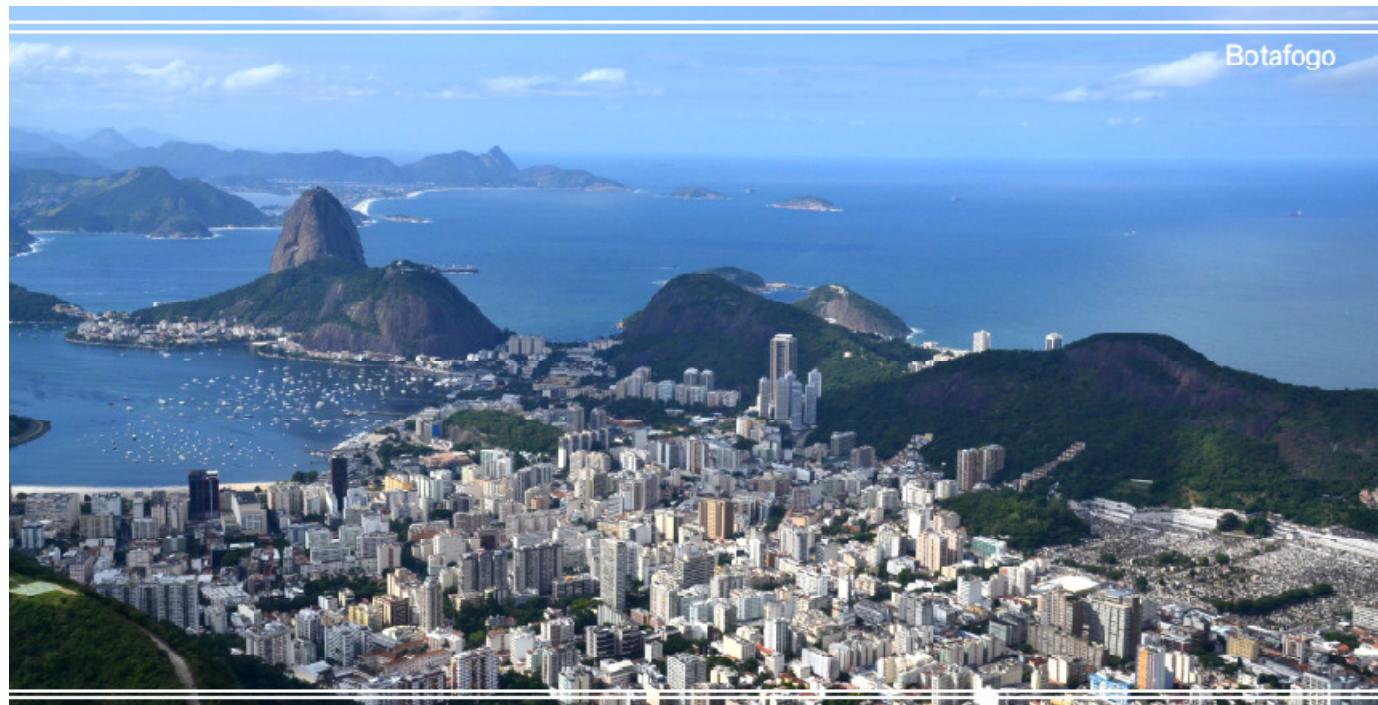


Relatório Anual de Acompanhamento do **Plano Diretor**



2014

Sistema Integrado de Planejamento
e Gestão Urbana - SIPLAN



Relatório Anual de Acompanhamento do **Plano Diretor**

2014

Sistema Integrado de Planejamento
e Gestão Urbana - SIPLAN



Rio de Janeiro (RJ)

[Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor (2014-2015)]

Rio de Janeiro: Coordenadoria de Macro Planejamento - Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município, 2015.

≈4000 Kb, PDF

1. Plano Diretor, 2011.
2. Rio de Janeiro (RJ).
3. Relatório Anual

**Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Urbanismo
Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor**

Prefeito
EDURADO PAES

Secretaria de Urbanismo
MARIA MADALENA SAINT-MARTIN

Subsecretaria Municipal de Gestão
MARCIA QUEIROZ BASTOS

Subsecretaria Municipal de Urbanismo
ANA PAULA QUINTÃO

Coordenadora Geral de Planejamento Urbano
GLORIA DENISE DE MENEZES TORRES

Coordenadoria de Macro Planejamento
DANIEL GLEIDSON MANCEBO DE ARAUJO

Equipe Técnica:

Revisão Final
DANIEL GLEIDSON MANCEBO DE ARAUJO

Organização
CLAUDIA MURICY
MÔNICA BAHIA SCHLEE
EDUARDO ANDRADE

Diagramação
CARLOS KRYKHTINE

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana (SIPan) - Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD)

Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano (SMU/CGPU)
DANIEL GLEIDSON MANCEBO DE ARAÚJO
WANDERSON BARRETO CORRÊA
CLAUDIA MURICY
MÔNICA BAHIA SCHLEE
EDUARDO ANDRADE
ROSANA MOTTA GOMES

Coordenadoria Geral de Programas de Interesse Social (SMU/CGPIS)
MARCELO SILVA DA FONSECA
CARMEN LUCIA SOARES

Coordenadoria Geral de Controle do Parcelamento e das Edificações (SMU/CGPE)
MARIA DO CARMO CAMOCARDI
MARILIA VICENTE BORGES

Centro de Arquitetura e Urbanismo (SMU/CAU)
JEAN PIERRE JANOT
MARIA TERESA T. Q. P. DIAS

Casa Civil
ROBERTA TEIXEIRA MACÉDO GAMA
RAMON ARIGONI ORTIZ

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC)
GRACIRA SILVEIRA
LUCIANE SILVA VALENTE
MARCOS BORGES PEREIRA

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro (RIO-ÁGUAS)
GEORGIANE COSTA
SIMONE PESSANHA RAMOS

Fundação Instituto de Geotécnica (GEO-RIO)
RICARDO NEIVA D'ORSI
HERBEM DA SILVA MAIA

Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB)
PAULO ROBERTO NAGIB JARDIM
CARLOS EUGÊNIO MOUTINHO DE FIGUEIREDO

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)
ALINE ROMEU XAVIER
PAULA MERLINO MACHADO
HENRIQUE FONSECA

Secretaria Municipal de Transportes (SMTR)
ANTONIO CARLOS VELLOSO DE MELO
LUÍS PERUCI

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-RIO)
HENRIQUE MENDES TORRES
ARNALDO DE M. LYRIO FILHO

Secretaria Municipal de Habitação (SMH)
ROSANE LOPES DE ARAUJO
CRISTINA BARRETO DA SILVA

Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP)
MARIA DA GLÓRIA F. B. PEÇANHA
THAISSA RENNÓ DE ANDRADE

Secretaria Municipal de Obras (SMO)
VALERIA BARBOSA DE NOVAIS
CESAR DE FARIA VIEIRA

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP)
GISELE RAYMUNDO SILVA
ALIX GABRIEL DA SILVA FERREIRA

Instituto Pereira Passos (IPP)
ADRIANO REGINALDO ALEM
LUÍS FERNANDO VALVERDE SALANDIA

Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe)
ELVIRA MARIA ROSSI
LEONARDO DE PAIVA FERREIRA

Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro
JOSENIR DOS SANTOS
DAVI FIGUEIRREDO BECKER

Procuradoria Geral do Município
CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA
LUIZ ROBERTO DA MATA

Sumário

Introdução	9
Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014 - 2015.....	10
Avaliação de Ações Estruturantes - 2014	13
Política de Meio Ambiente.....	13
Ação: Proteção e Valorização da Mata Atlântica.....	13
O Programa Mutirão Reflorestamento	13
Outras modalidades	14
Situação Atual	16
Avaliação: Principais Desafios e Encaminhamentos	19
Política de Patrimônio Cultural	22
Ação: Gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACS	22
Contextualização	22
Sistema de Planejamento	22
Situação Atual	23
Encaminhamentos	25
Política de Transportes	27
Ação: Complementação da Rede de Transportes de Alta Capacidade - Implementação dos BRTs	27
Contextualização	27
Sistema de Planejamento	29
Situação Atual	31
Avaliação Crítica	36
Política de Habitação.....	37
Ação: Programa Minha Casa Minha Vida	37
Contextualização	37
Planejamento para implementação da ação	40
Situação Atual	42
Fonte: SMU/ CGPIS, organização SMU/CGPU/Gerência de Informações Urbanísticas ..	46
Encaminhamentos	51
Política de Saneamento Ambiental e Serviços Públicos	53
Ação: Plano de Manejo de Águas Pluviais	53
Contextualização	53

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana - SIPLAN

Sistema de Planejamento	54
Situação Atual	54
Ações Estruturantes associadas às metas de 2014.....	55
<i>Outras ações estruturantes não relacionadas às metas de 2014</i>	56
Avaliação Crítica	56
Pontos a desenvolver em 2015	57
Ação: Implantação de Equipamentos Públicos	57
Implantação de Naves do Conhecimento, Fábrica de Escolas, Pro-Infância, Quadra nas Escolas	57
Avaliação	59
Política de Controle de Uso e Ocupação do Solo	60
Ação: Gestão de Áreas de Risco	60
Contextualização	60
Índice de Figuras e Tabelas	76



Introdução

O novo Plano Diretor da Cidade teve como missão, entre outras, aprofundar o que dispunha o Plano Diretor de 1992 em relação ao “Sistema Municipal de Planejamento”, assim como atender à determinação da Lei Federal Nº 10.257/01, Estatuto da Cidade, de instituição de um “Sistema de Acompanhamento e Controle”.

Em 1992, o Plano Diretor previa um Sistema Municipal de Planejamento Urbano a ser instituído por lei e listava algumas de suas responsabilidades. Mas a lei que o instituiria nunca foi redigida e o Sistema, em consequência, jamais foi criado.

Com base na necessidade (sentida no exercício do planejamento da cidade) de uma organização institucional que facilitasse a integração intersetorial, e atendendo à exigência do Estatuto da Cidade (que, em seu art. 42, inclui o sistema de acompanhamento e controle no conteúdo mínimo de um Plano Diretor Municipal) a Lei Complementar Nº 111 de fevereiro de 2011, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana - SIPLAN

Sustentável do Município do Rio de Janeiro, institui o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana no Município do Rio de Janeiro.

As atribuições deste Sistema ultrapassam, no entanto, o conteúdo mínimo previsto pela Lei Federal. No Plano de 2011 a maior preocupação consiste em garantir a implementação da Política Urbana proposta pelo Plano Diretor, de forma que a lei que institui o PLANO DIRETOR seja apenas o princípio de um processo de planejamento urbano que abrangerá: seu detalhamento e revisão contínua, gerenciamento e implementação de suas propostas, e monitoramento e avaliação de seus resultados.

A proposta do Plano Diretor do Rio de Janeiro consiste em criar instrumentos e estrutura institucional capaz de viabilizar a implementação da Política Urbana prevista na própria Lei Complementar Nº 111/ 2011. Evitando, desta forma, que o conteúdo desta lei se resuma apenas a regras abstratas que não garantam nenhuma eficácia ao plano. Entendemos que tal sistema é indispensável à efetiva implementação do plano diretor, possibilitando a concretização das ações e estratégias urbanísticas em busca da efetividade que se pretende alcançar.

Sendo assim, o “Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana”, instituído pelo plano de 2011, reúne os órgãos municipais responsáveis pelas Políticas de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, de forma a possibilitar um processo contínuo e integrado de planejamento urbano no Município do Rio de Janeiro, onde as diversas ações setoriais se complementem segundo uma única lógica de desenvolvimento urbano. E esta implementação se consolida em decorrência de sua relação com a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual da cidade, como preconiza o Estatuto da Cidade.

A articulação entre órgãos municipais objetiva a integração e a complementariedade entre os programas e planos para o desenvolvimento e ordenamento do território municipal e deverá ocorrer através da institucionalização de procedimentos administrativos que a consolidem, de forma sistemática, sobre bases geográficas comuns, análises conjuntas e definição de ações articuladas, racionalizadas e potencializadas, em que sejam otimizados seus recursos.

Cabe ainda ressaltar a importância do Plano Diretor na definição de políticas públicas setoriais. Seu conteúdo define objetivos, diretrizes e ações estruturantes que devem guiar a atuação governamental em temas como habitação, transportes, meio ambiente, patrimônio entre outros.

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014 - 2015

Os Relatórios Anuais de Acompanhamento do Plano Diretor visam descrever e acompanhar a implantação de políticas públicas relativas ao planejamento urbano. São, portanto, um instrumento importante dentro do processo de planejamento, inclusive no que consta da publicidade e transparéncia. Eles são produzidos pelos órgãos que compõe o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD), sob a coordenação da Secretaria de Urbanismo.

Para o Relatório 2014, o CTPD definiu que seriam analisadas as principais ações de cada política definida no Plano Diretor, tendo como recorte temporal o período entre março e dezembro de 2014. Além disso, pretendeu-se fazer uma articulação dos diferentes horizontes de planejamento, assim foram considerados os seguintes documentos:

- ✓ Plano de Metas de 2014: conjunto de indicadores acordados entre as secretarias municipais de governo e a casa civil sobre a atuação de cada pasta ao longo do ano. Possui articulação com o Plano Estratégico.
 - ✓ Plano Estratégico 2013/2016: documento apresentado pela atual gestão do governo municipal do Rio de Janeiro que, ao mesmo tempo, traça uma visão de cidade para 2030 e traz metas objetivas para o período até 2016.
 - ✓ Plano Diretor 2011

Segue abaixo a relação entre os instrumentos de planejamento tratados (acrescidos do Plano Plurianual, que balisa os orçamentos anuais), bem como os seus respectivos cronogramas.

Instrumentos de Planejamento: diversidade de escalas



Fig. 1 - Instrumentos e suas escalas

Alinhamento de Cronogramas



Fig. 2 - Janelas de oportunidades

Na definição da ação a ser tratada, buscou-se a que foi considerada mais impactante na vida dos cariocas. Assim, foram escolhidas:

Tabela 1 - Ação Analisadas

Política	Ação
Meio Ambiente	Reflorestamento
Patrimônio Cultural	Gestão de APACs
Habitação	Minha Casa Minha Vida
Transportes	Implementação de BRTs
Saneamento Ambiental	Plano de Manejo de Águas Pluviais
Controle do Uso do Solo	Áreas de Risco

A análise de cada um das políticas aborda os seguintes aspectos:

1. Contextualização: uma apresentação do que se trata a ação, sobre qual demanda social ela pretende, histórico de implementação e que órgãos tratam dela na estrutura da Prefeitura.
2. Sistema de Planejamento: como essa ação está descrita e tratada dentro do Plano Diretor, do Plano Estratégico e no Acordo de Resultados.
3. Situação Atual: descrição qualitativa e quantitativa da implementação da ação e perspectivas para o futuro próximo, basicamente 2015.
4. Avaliação Crítica: apontamento dos pontos positivos e negativos da implementação da ação, dos desafios encontrados e das limitações percebidas.
5. Encaminhamentos: recomendações de mudanças e aprimoramentos que devem ser tomados para a melhor aplicação dessa ação.

Avaliação de Ações Estruturantes - 2014

Política de Meio Ambiente

Ação: Proteção e Valorização da Mata Atlântica

O Programa Mutirão Reflorestamento

O Programa Mutirão Reflorestamento foi criado para atender a dois objetivos: a restauração de ambientes naturais degradados, por meio da recomposição de sua cobertura florestal, e a ampliação da oferta de trabalho em comunidades de baixa renda.

O reflorestamento de encostas promove a estabilização mecânica do solo, a prevenção do assoreamento de rios e canais, a obstrução da rede de drenagem por sedimentos, a regularização do regime hídrico das bacias, a redução na ocorrência de incêndios florestais, a formação de corredores ecológicos e a proteção de Unidades de Conservação da Natureza e de remanescentes florestais. A recuperação de manguezais visa à estabilização da margem dos cursos d'água, à proteção dos estuários e à redução do assoreamento de rios e canais.

Em comum, a recuperação destes ecossistemas objetiva: o sequestro de carbono, a recomposição da paisagem natural, a limitação da expansão das comunidades carentes sobre áreas de risco ou protegidas, o fornecimento de proteção, abrigo e alimento à fauna silvestre e a recomposição dos Ecossistemas Atlânticos, revertendo o processo de perda da biodiversidade.

O princípio fundamental do Programa Mutirão Reflorestamento é a participação da comunidade em todas as suas etapas, quais sejam: a formulação dos critérios para a seleção de áreas, a elaboração dos projetos executivos, a articulação comunitária, a formação das equipes de campo, a produção de mudas e a implantação e manutenção das áreas reflorestadas.

Os critérios para seleção de áreas a serem atendidas são:

- ✓ Áreas adjacentes a comunidades carentes;
- ✓ Áreas desmatadas de encosta, com forte declividade, sujeitas à ocorrência de escorregamentos ou rolamento de blocos rochosos, representando riscos à população a jusante;
- ✓ Áreas que compõem bacias hidrográficas sujeitas a enchentes;
- ✓ Áreas de risco ou de preservação permanente ameaçadas com a expansão das construções, áreas contíguas a Unidades de Conservação da Natureza ou Áreas de Preservação Permanente.

Preenchidas as condições necessárias e havendo disponibilidade de recursos humanos e materiais, é elaborado o projeto executivo, que é apresentado e discutido com a comunidade.

Os participantes não possuem vínculo empregatício com a Prefeitura, recebendo mensalmente uma quantia a título de ajuda de custo. Como forma de aumentar o desempenho, o sistema de pagamento é baseado na produtividade da equipe.

A Prefeitura do Rio fornece todos os recursos necessários à realização do trabalho, como ferramentas, equipamentos de proteção individual, adubos, defensivos e mudas. Os profissionais da SMAC fornecem orientação técnica para a execução dos projetos. Devido ao grande número de áreas contempladas pelo Programa, a equipe da SMAC é complementada por técnicos e estagiários contratados, que se encarregam do monitoramento do trabalho de campo.

Atualmente, são empregadas no reflorestamento de encostas cerca de 150 espécies arbóreas, em sua maioria, nativas da Mata Atlântica. As mudas são produzidas nos cinco viveiros florestais da Secretaria, localizados em Vila Isabel, Barra da Tijuca, Grumari, Guaratiba e Campo Grande. Estes viveiros, em conjunto, alcançam um potencial de produção superior a 1.000.000 mudas/ano. Para a produção das mudas, utiliza-se como fertilizante o FERTILURB, composto orgânico produzido pela COMLURB na Usina do Caju, a partir do lixo orgânico recolhido pela coleta domiciliar na Cidade.

Em meados dos anos 1990, para dar suporte pedagógico às ações do Programa Mutirão Reflorestamento e colaborar na consolidação dos plantios, foi criado pelo Centro de Educação Ambiental da SMAC o Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento - PEAR. Este Programa atua nas diversas comunidades por meio de agentes ambientais capacitadas para a realização de trabalhos educativos, que compreendem: diagnósticos socioambientais participativos, atividades educativas para escolas e moradores, reuniões comunitárias, mutirões de limpeza, palestras e visitas guiadas nas áreas de reflorestamento, entre outras. Atualmente, apenas áreas de reflorestamento mais antigas contam com agentes ambientais.

Outras modalidades

A medida compensatória é um mecanismo que se destina a compensar o impacto ambiental negativo causado pela remoção autorizada de vegetação, com o objetivo de garantir o plantio de novos espécimes assim como a manutenção e conservação da cobertura vegetal da Cidade. Sua aplicação ao reflorestamento é regida atualmente pela Resolução SMAC nº 567, de 22/08/2014, que dispõe sobre os procedimentos adotados nos casos de autorização para remoção de vegetação.

Conforme disposto na Resolução, é obrigatório executar o plantio relativo a 50% do valor monetário da Medida Compensatória, podendo ser considerado o custo de manutenção do plantio no percentual de até 25%. O percentual complementar poderá ser utilizado em outros serviços previstos, que incluem a execução de reflorestamentos.

A modalidade de incentivo fiscal é um recurso institucional utilizado pela SMAC com base na Lei nº 4.372, de 13 de junho de 2006, que concede incentivos fiscais à construção e à operação de terminais portuários relacionados à implantação do Complexo Siderúrgico na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, e no Decreto nº 32.975, de 21 de outubro de 2010, que a regulamenta. Segundo a legislação, pelo menos 50% da isenção fiscal e das reduções tributárias estabelecidas deverão ser

empregados em projetos que levem à mitigação de emissões de gases de efeito estufa - GEE, entre os quais o reflorestamento de maciços, áreas de restinga e manguezal.

Estas novas modalidades, assim como os serviços realizados por contratos, representaram uma mudança na forma de atuação da SMAC, que deixou de intervir diretamente na execução dos serviços de reflorestamento. O recrutamento das equipes e o fornecimento de insumos passaram a ser competência das empresas, ficando a equipe técnica da Secretaria responsável pela fiscalização dos contratos ou serviços. Toda a concepção, planejamento e definição dos projetos de reflorestamento continuam sob a responsabilidade da SMAC.

Os critérios utilizados para a escolha e priorização das áreas a serem reflorestadas são aplicados como parâmetros em base do Sistema de Informação Geográfica - SIG, a partir dos quais são realizados cruzamentos para a atribuição de pesos às unidades poligonais. Entre os critérios utilizados estão: declividade, altimetria, acessibilidade, estágio de degradação, suscetibilidade a incêndios, risco geotécnico, proximidade a Unidades de Conservação, proximidade a remanescentes florestais, proximidade a outros reflorestamentos, grau de fragmentação, orientação da vertente, entre outros. A partir daí são realizados diagnósticos de campo para a avaliação da viabilidade operacional das áreas selecionadas.

Atualmente, são selecionadas áreas situadas preferencialmente na Zona Oeste e que componham um dos Corredores Verdes propostos para a Cidade, cuja função é manter e potencializar a conexão entre os espaços naturais e socioculturais, compatibilizando desenvolvimento social e econômico e proteção ambiental.

- ✓ Existem 11 Áreas Prioritárias para Implantação dos Corredores Verdes, definidas pelo Grupo de Trabalho criado pela Resolução SMAC “P” nº 183/2011, abaixo descritas:
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Maciço da Tijuca via contrafortes;
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Maciço Gericinó - Mordanha via Vila Militar;
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Maciço do Gericinó - Mordanha via Serras do Lameirão e do Quitungo;
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Serra de Inhoaíba;
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Maciço da Tijuca via Sistema Lagunar da Baixada de Jacarepaguá e Campos de Sernambetiba;
 - ✓ Maciço da Pedra Branca - Reserva Biológica de Guaratiba e Restinga da Marambaia;
 - ✓ Maciço da Tijuca - Morros da Saudade, Cabritos, São João, Babilônia e Leme via Parque Lage;
 - ✓ Maciço da Tijuca - Morro Dois Irmãos via Gávea;
 - ✓ Maciço da Tijuca - Serras do Juramento e Misericórdia;
 - ✓ Campos de Santa Cruz - Maciço Gericinó - Mordanha;
 - ✓ Maciço da Tijuca - Serra do Engenho Novo.

A SMAC desenvolve, também, por implantação de medidas compensatórias, projetos de restauração da biodiversidade das restingas remanescentes na Cidade, abrangendo, em sua maioria, áreas localizadas em Unidades de Conservação da Natureza. Os trabalhos têm por objetivo proteger e recuperar a vegetação, por meio da remoção de espécies exóticas e plantio de espécies nativas, incluindo as atividades de irrigação e cercamento. As mudas são produzidas nos viveiros municipais da Barra da Tijuca e de Grumari.

Por fim, deve ser mencionado que a SMAC fiscaliza, ainda, a execução dos serviços de manutenção do reflorestamento dos morros da Babilônia e de São João, situados na Área de Proteção Ambiental de mesmo nome, na AP2. Trata-se de reflorestamento iniciado pelo Programa Mutirão Reflorestamento na Comunidade da Babilônia, nos anos 90, cuja implantação e manutenção foram executados posteriormente sob a responsabilidade do Condomínio do Edifício Rio Sul Center, mediante um Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 2001 devido à degradação ambiental provocada no local. Atualmente, a manutenção do reflorestamento é realizada por cooperativa local mediante adoção desse condomínio.

No *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016*, o reflorestamento integra a *Iniciativa Estratégica Rio Capital Verde*, que compõe a *Plataforma Rio Capital Sustentável*, gerida pela SMAC. Os resultados a serem alcançados anualmente, até 2016, estão no quadro a seguir:

Tabela 2 - Quadro: Metas anuais a serem alcançadas até 2016 ()*

Meta	Valor de Referência	Data de Referência	2012	2013	2014	2015	2016
Reflorestar 1.700 hectares em novas áreas entre 2009 e 2016, garantindo o manejo de 2.000 ha já reflorestados.	600 ha	2009-2011	1.100	1.250	1.400	1.550	1.700

Fonte: Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016

(*) Valores acumulados

O *Acordo de Resultados* celebrado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a SMAC estabelece duas metas para as atividades de reflorestamento em 2014:

- ✓ Atingir 1.200 ha de áreas reflorestadas, tomando por base o número alcançado em dezembro de 2013 (1.118 ha),
- ✓ Efetuar 3.700 ha em ciclos de manutenção de áreas reflorestadas (2).

Situação Atual

O reflorestamento de encostas comprehende duas fases: a implantação e a manutenção. A implantação engloba o conjunto de operações que vai do preparo do terreno ao plantio das mudas. A manutenção é composta pelas operações necessárias à formação de uma cobertura florestal que proteja integralmente a superfície do terreno, o que se estende por um período de 4 anos em média.

Atualmente, estão em implantação 8 áreas de reflorestamento pelo Programa Mutirão, 3 com recursos provenientes de Medidas Compensatórias e 5 áreas de recuperação de restinga. Não há reflorestamentos em implantação por meio de contratos e de recursos oriundos de incentivos fiscais.

As áreas em implantação situam-se, predominantemente, na Zona Oeste, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela 3 - Projetos em implantação por Área de Planejamento - Janeiro a setembro de 2014

AP	Programa Mutirão Reflorestamento	Medidas Compensatórias	Recuperação de Restinga
2	-	Parque Estadual do Grajaú	-
4	São Francisco II	-	PNM Marapendi PNM Bosque da Barra PNM Nelson Mandela PMN Prainha PNM Chico Mendes
5	Capoeira Grande N. Senhora das Graças I N. Senhora das Graças II Paçuaré II Paçuaré III Parque Ideal São Sebastião	Complexo de Gericinó - Gleba IV Complexo de Gericinó - Gleba I	-

Fonte: Coordenadoria de Recuperação Ambiental - MA/CGAV/CRA

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana - SIPLAN

Até setembro de 2014, foi implantado um total acumulado de 1.174,04 ha, como demonstra o quadro a seguir:

*Tabela 4 - Quadro: Área Implantada por Modalidade de Reflorestamento (ha)
- Janeiro a setembro de 2014 (*)*

Modalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Mutirão Reflorestamento	2,28	0,02	0	0,77	0,42	1,05	1,15	0,81	2,80
Contratos/ Medidas Compensatórias	0	0	5	1,5	4,5	3	0	19,16	5,58
Restinga	0	0	0	0	0	2,47	0	3,88	0,7172
Total acumulado	1.121,21	1.121,23	1.126,23	1.128,50	1.133,42	1139,94	1.141,09	1.164,94	1.174,04

Fonte: Coordenadoria de Recuperação Ambiental - MA/CGAV/CRA

(*) Valores acumulados considerando o total implantado até dezembro de 2013

Nesse mesmo período, as áreas que receberam serviços de manutenção somaram 2.793,32 ha, conforme apresenta o Quadro 05, onde se pode destacar a manutenção dos projetos implantados pelo Programa Mutirão Reflorestamento:

*Tabela 5 - Quadro: Área Mantida por Modalidade de Reflorestamento (ha)
Janeiro a setembro de 2014 (*)*

Modalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Mutirão Reflorestamento	259,45	302,67	269,41	264,23	267,87	283,05	281,15	301,74	305,51
Contratos Medida Compensatória	16,50	15,24	16,30	14,00	13,00	12,58	31,11	17,00	36,91
Adoção Babilônia								46,26	-
Restinga							7,58	30,52	1,2427
Total acumulado	275,95	593,86	879,57	1.157,80	1.438,67	1.734,30	2.054,14	2.449,96	2.793,32

Fonte: Coordenadoria de Recuperação Ambiental - MA/CGAV/CRA

(*) Valores acumulados a partir de janeiro de 2014

Em 2015, pretende-se incrementar os trabalhos de manutenção das áreas já reflorestadas, tendo em vista a importância de que se revestem para a consolidação dos trabalhos realizados, como será exposto no item a seguir.

Avaliação: Principais Desafios e Encaminhamentos

Manutenção dos Reflorestamentos

O reflorestamento pode ser definido como o conjunto de ações que objetiva o restabelecimento de uma cobertura florestal capaz de viabilizar ou acelerar o processo de sucessão natural, visando à restauração do ecossistema original.

O processo de formação da cobertura florestal demanda tempo e esforços intensivos de manutenção, de forma a evitar que espécies vegetais invasoras avancem sobre as novas áreas, suprimindo as mudas jovens e criando condições favoráveis à ocorrência e propagação de incêndios, um dos grandes obstáculos à efetivação do reflorestamento.

No Rio de Janeiro, entre 2010 e 2013, apenas os reflorestamentos executados pelo Programa Mutirão foram atendidos integralmente por serviços de manutenção. Nas demais áreas, inclusive aquelas plantadas até 2009, a manutenção ficou aquém do necessário, observando-se perdas decorrentes de queimadas.

Portanto, a passagem dos plantios executados à condição de áreas florestadas é um dos desafios com que as atividades de reflorestamento se deparam, tornando-se necessário dirigir atenção especial para os serviços de manutenção, sob o risco de se perder grande parte dos investimentos realizados, com evidentes prejuízos para a coletividade. Projetos de reflorestamento, por sua natureza, requerem ações contínuas e de longo prazo.

Enriquecimento das Áreas Reflorestadas

O enriquecimento das áreas reflorestadas consiste na incorporação de novas mudas de espécies específicas em áreas de estágio de desenvolvimento avançado com o objetivo de aumentar a biodiversidade e restabelecer as bases para sua restauração. É uma intervenção necessária quando não ocorre a autorregeneração do local, o que se verifica, principalmente, em encostas muito degradadas e em áreas com recorrência de incêndios.

Em função do longo tempo de existência do Programa e do desenvolvimento das áreas implantadas, torna-se necessário efetuar trabalhos de enriquecimento, que devem ser incorporados à rotina de planejamento do setor.

Condições Próprias de Comunidades de Baixa Renda: Situação Fundiária, Segurança e Presença de Animais Domésticos

Em geral, as comunidades situam-se em áreas invadidas e sem identificação do proprietário, o que dificulta a seleção de novas áreas para intervenção, considerando que há impedimentos legais para atuação em áreas particulares sem permissão.

Esta dificuldade é observada, sobretudo, na definição de locais para execução de reflorestamentos por contratos, medidas compensatórias e aporte de incentivos fiscais, não interferindo tanto no Programa Mutirão Reflorestamento, onde a demanda para a implantação dos serviços, muitas vezes, provém das comunidades. A reduzida estrutura técnica hoje existente na SMAC não permite a realização de pesquisa direta sobre a propriedade dos terrenos, constituindo uma dificuldade adicional à resolução do impasse fundiário.

Em todas as modalidades de reflorestamento, as condições de segurança nos locais podem atrasar, levar à perda de trabalhos já realizados ou mesmo inviabilizar sua execução. Nesse contexto, a existência de uma Associação de Moradores representativa é um fator que pode auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos, podendo solucionar pequenos conflitos.

A criação de animais pelos moradores também afeta negativamente a consolidação dos reflorestamentos, pois eles costumam circular livremente pelas comunidades e podem se alimentar de mudas recém-plantadas e/ou pisotear as áreas, destruindo-as e alterando sua configuração.

Portanto, desimpedimento fundiário, ausência de conflitos sociais intensos, existência de associações comunitárias representativas e controle de animais domésticos nas comunidades constituem requisitos desejáveis para a seleção de novas áreas de atuação.

No que se refere à situação fundiária, uma alternativa a ser considerada para a continuidade dos trabalhos é a contratação de serviços para realização de pesquisa de propriedade dos terrenos.

Escassez e Rotatividade da Mão De Obra

Um fator que afeta particularmente o Programa Mutirão Reflorestamento é a rotatividade de mão de obra, em virtude de o Programa雇用 pessoas momentaneamente afastadas do mercado de trabalho. Em consequência, é significativo o número de participantes que deixa o Programa quando obtém recolocação no mercado, fazendo com que as equipes passem constantemente por alterações que resultam em baixa velocidade de implantação dos serviços. Por outro lado, como os participantes são, principalmente, egressos da construção civil, nos últimos anos, verificam-se também dificuldades para engajamento de pessoal, o que pode ser atribuído à expansão imobiliária na Zona Oeste e às obras públicas para os eventos esportivos sediados na Cidade (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Dificuldades Administrativas

Do ponto de vista administrativo, dois fatores constituem desafios à ampliação e continuidade dos trabalhos de reflorestamento: o primeiro é o significativo aumento do volume de trabalho e a diversificação das atividades em função das diretrizes determinadas pelo Plano Estratégico, o que aponta para a necessidade de reestruturação geral do setor responsável na SMAC, compreendendo, inclusive, o aumento do quadro técnico. O segundo, as dificuldades próprias a cada modalidade de reflorestamento para o prosseguimento de suas atividades. Neste sentido, podem ser citados como exemplos:

- ✓ O modelo de contratação adotado pelo Programa Mutirão Reflorestamento;
- ✓ Os prazos exígues dos contratos, as usuais descontinuidades entre o término e início de novos contratos e a instabilidade na dotação de recursos financeiros, que podem levar à demora no início dos trabalhos de manutenção, implicando em riscos de perdas das áreas implantadas.

Estes são fatores que, entre outros, merecem avaliação, a fim de que as atividades de reflorestamento desenvolvidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro mantenham seu desempenho e qualidade que as destacaram nos cenários nacional e internacional.

Notas

(1) Texto redigido a partir de documentos obtidos na Coordenadoria de Recuperação Ambiental - MA/CRA, Coordenadoria de Conservação e Proteção Ambiental - MA/CPA (Recuperação de Restingas) e entrevistas com técnicos dos setores.

(2) A manutenção é quantificada por ciclos e não por área, pois, dependendo de seu desenvolvimento, os setores componentes dos reflorestamentos apresentam necessidades diferentes de manutenção, podendo ocorrer a execução desses serviços mais de uma vez em um mesmo local.

Política de Patrimônio Cultural

Ação: Gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACS

Contextualização

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, IRPH, é o órgão responsável pela proteção do Patrimônio Cultural da Cidade, criado através do Decreto nº 35879 de 05 de Julho de 2012, que dispõe sobre o Rio como Patrimônio da Humanidade, como uma das consequências da declaração da Cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Absorveu a estrutura e as atribuições do órgão de patrimônio municipal existente, cuja origem remonta a 1986, acrescentando às suas atribuições a responsabilidade pela gestão do sítio reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade.

A Política do Patrimônio Cultural consiste no planejamento e execução de ações cujo objetivo é proteger, conservar, valorizar e promover a gestão dos bens de natureza material e imaterial que, individualmente ou em conjunto, são referência da memória e da identidade da Cidade, sendo um dos seus instrumentos de proteção a Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, prevista no Plano Diretor.

Segundo o Art. 135 do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, “entende-se por Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC o território de domínio público ou privado, que apresenta conjunto edificado de relevante interesse cultural, cuja ocupação e renovação devem ser compatíveis com a proteção e a conservação da sua ambiência e suas características sócio espaciais identificadas como relevantes para a memória da Cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo”.

O município do Rio de Janeiro conta hoje com quase 40 Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), sendo a grande maioria localizada na região do Centro e na Zona Sul, que somam mais de 35 mil bens protegidos. Dessa forma, o IRPH tem concentrado seus esforços na expansão da proteção do patrimônio cultural edificado da cidade em direção ao subúrbio, de forma que as duas últimas APACs criadas, Marechal Hermes em 2013 e Grajaú em 2014, são ambas situadas na Zona Norte da Cidade.

A gestão das APACs, por sua vez, tem se apresentado como um importante desafio ao órgão municipal de proteção do patrimônio cultural, pois, devido à grande diversidade da realidade dessas áreas, para cada qual é possível uma abordagem específica. Apenas a partir do acompanhamento do desenvolvimento das áreas de proteção existentes será possível diagnosticar e estabelecer prioridades no planejamento da elaboração de planos de gestão para as APACs onde essa ação for necessária.

Sistema de Planejamento

A gestão das APACs é mencionada no plano diretor principalmente em duas das ações estruturantes relativas à política do patrimônio cultural, Art. 199:

IV - elaborar os Planos de Gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e demais bens culturais, quando necessário;

V - acompanhar e analisar os indicadores do desenvolvimento das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural

Já o Plano Estratégico prevê, por meio da iniciativa estratégica Rio Patrimônio-Centro, a recuperação e requalificação do Patrimônio Cultural do Centro Histórico da Cidade do Rio de Janeiro através, principalmente das seguintes ações:

I - Recuperação de 17 imóveis já considerados estratégicos na Praça Tiradentes e na Lapa;

II - Requalificação do espaço público na região;

III - Revisão dos parâmetros edilícios em lotes vazios;

IV - Realização de um diagnóstico que inclui:

a. a caracterização socioeconômica da região e;

b. a caracterização dos imóveis protegidos do Centro da Cidade;

V - Realização de editais de concessões para os imóveis definidos como estratégicos;

VI - Veiculação de uma campanha de promoção e conservação do Centro Histórico.

O Plano de Metas do IRPH, seguindo as orientações da iniciativa estratégica, estabeleceu, dentre as principais ações previstas para o ano de 2014, a valorização da paisagem urbana e o patrimônio cultural do centro histórico através da recuperação e requalificação de 7 obras em áreas relevantes.

Situação Atual

Primeiramente, é importante mencionar o trabalho contínuo e imprescindível de acompanhamento, fiscalização e licenciamento de obras nas APACs. Por serem áreas da cidade declaradas patrimônio cultural, toda e qualquer intervenção física realizada, tanto em seus espaços públicos, quanto nos lotes particulares, e principalmente nos imóveis listados como bens preservados, tem a orientação técnica do IRPH. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos, ainda há um elevado número de edificações protegidas pelo patrimônio cultural que se encontram em mau estado de conservação, abandonadas ou subutilizadas, para as quais estão sendo desenvolvidas e aplicadas ações específicas.

Por isso, a Prefeitura tem desenvolvido e implementado diversas iniciativas para incentivar a manutenção e uso sustentável destes imóveis preservados pela municipalidade, incluindo a concessão de isenções como IPTU, ISS e de taxas de obras aos moradores.

Em função do determinado pelo Plano Estratégico, a região central da cidade tem sido alvo das principais ações realizadas pelo IRPH, sendo priorizadas as APACs do Corredor

Cultural e Cruz Vermelha (Centro), SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na Região Portuária), Cidade Nova e Catumbi, Catete e Glória.

Para essas áreas prioritárias foram desenvolvidas as seguintes ações:

Edital Pró-APAC

Edital de fomento à restauração de imóveis particulares tombados ou preservados pelo município, localizados em áreas de proteção do ambiente cultural através de seleção de projetos que utilizam os recursos públicos em obras a iniciar ou já iniciadas de cobertura, fachadas, estrutura, instalações prediais básicas e acessibilidade.

Pro-APAC Centro: Lançado em 2013, o edital contemplou 9 imóveis, utilizando um recurso total de R\$ 2.389.182,15, cujos convênios findam em dezembro de 2014, quando todas as obras devem estar concluídas. No presente momento, 3 dessas obras já foram entregues. A segunda edição do edital já foi realizada e, finalizada em 2014, contemplou 7 imóveis, utilizando recurso total de R\$ 2.226.691,92, em vias de assinatura dos respectivos convênios.

Pro-APAC SAGAS: Lançado em 2013, o edital contemplou 8 imóveis, utilizando um recurso total de R\$ 3.000.721,00, em vias de assinatura dos respectivos convênios.

Edital de Ocupação Criativa

O objetivo desse edital é a cessão de imóveis próprios municipais vazios e sem destinação específica a empreendedores, com prioridade para as atividades ligadas à economia criativa. A primeira edição foi realizada em 2013, com termo de cessão e obras recuperação para sua ocupação iniciadas em 2014 e ainda em andamento. O projeto selecionado é a Casa Titânia, localizado na Rua das Marrecas, 43, um pólo de criação, fruição, comercialização, convivência, aprendizagem e produção, tendo a atividade audiovisual como pilar, porém não se limitando a ela, conjugando atividades abertas ao público, espaços para agentes culturais externos e atividades próprias.

Fora da abrangência da região central da cidade, outras ações vêm sendo realizada a proteção de ambiências urbanas de interesse ao patrimônio cultural em outras áreas da cidade. Nesse aspecto, destaca-se primeiramente, o desenvolvimento do primeiro Plano de Gestão de APAC, em decorrência da criação da APAC de Marechal Hermes em 2013, ano que o bairro completou 100 anos. Em segundo, a criação da APAC do Grajaú, em 2014, bairro que também completou seu centenário recentemente:

Plano de Gestão da APAC de Marechal Hermes

O desenvolvimento do Plano de Gestão da APAC de Marechal Hermes contou com a colaboração e participação de diversos órgãos da municipalidade, como SMU, SMU/CAU, SMAC, CET-RIO, SECONSERVA, Subprefeitura da região, dentre outros, contando inclusive com a realização de uma audiência pública. Esse Plano de Gestão conta com diagnóstico da área, realizado em conjunto com os demais órgãos participantes e plano de ações emergenciais, de curto, médio e longo prazo, buscando a recuperação do patrimônio cultural edificado, conservação das áreas públicas e o desenvolvimento da dinâmica urbana e econômica da área. Esse Plano de Gestão está

em finalização e deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

APAC do Grajaú

Desde 2013 o IRPH vem monitorando o bairro do Grajaú, cujo potencial interesse ao patrimônio cultural já havia sido apontado anteriormente, e identificou que naquele ano houve um aumento significativo nos processos de demolição de imóveis construídos até 1938 e de modificação que, descaracterizando imóveis de interesse arquitetônico, traziam significativos prejuízos à ambiência urbana e à memória da cidade. A partir disso, iniciou-se um processo de estudos visando a proteção do bairro, que teve seu marco no Decreto N.º 38.313/2014 que decretou o Grajaú como Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU e determinou um prazo de 180 dias no qual foram suspensos os licenciamentos de obras no bairro até a criação da APAC. Nesse período, além dos estudos realizados, que envolveram também outros órgãos municipais, especialmente a SMU e SMAC, foram realizadas duas audiências públicas e a APAC do Grajaú foi promulgada pelo Decreto N.º 39.102 de 2014.

Avaliação Crítica

Sobre o trabalho contínuo de acompanhamento, fiscalização e licenciamento de obras em APACs, cabe mencionar que o IRPH enfrenta constante dificuldade, principalmente pela deficiência em infraestrutura, além de carência no número de profissionais. A competência desse trabalho é da Gerência de Conservação e Fiscalização, que conta atualmente com 14 arquitetos, divididos em 3 escritórios técnicos, responsáveis pela fiscalização das quase 40 APACs e demais áreas de proteção de entorno de bem tombado.

Por outro lado, o planejamento sugere que, no caso de APACs mais complexas, haja equipes multidisciplinares responsáveis por sua gestão. Apesar das deficiências apontadas, a qualidade, o envolvimento e a motivação da equipe do IRPH tem conseguido responder à demanda de análise de processos, porém falha na fiscalização preventiva. Entretanto, a gestão ampla, que exige planejamento e constante acompanhamento dos índices de desenvolvimento fica bastante prejudicada, sendo necessário um aporte técnico e de infraestrutura que permita a ampliação do atual escopo do trabalho dos Escritórios Técnicos da Gerência de Conservação e Fiscalização.

Como exemplo positivo do bom desempenho do trabalho desenvolvido pela equipe do IRPH, cabe destacar o desempenho do programa Pró-APAC, que neste ano de 2014 concorreu e foi agraciado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo IPHAN, para iniciativas de excelência em promoção e gestão do patrimônio cultural. É evidente que esse programa deve ser expandido, mas para isso é necessário, não apenas uma disponibilização maior de recursos financeiros, de maneira a abranger mais imóveis contemplados e em outras APACs da Cidade, mas também de uma melhor infraestrutura administrativa e jurídica do IRPH.

Encaminhamentos

Com a intenção de atender integralmente aos objetivos, diretrizes e ações estruturantes da política de patrimônio cultural previstas no Plano Diretor, bem como possibilitar a ampliação do escopo de ações do IRPH para a proteção mais efetiva do Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro, foi iniciado o processo nº

01/000.146/2013, atualmente em análise na CODESP, que encaminha projeto de lei para a criação do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade como autarquia municipal, aumentando sua estrutura organizacional, seu corpo técnico, ampliando e aprimorando a sua dinâmica de atuação.

Especificamente sobre o programa Pró-APAC, seria importante que houvesse garantia de dotação orçamentária ampliada e continuada, de forma a garantir sua existência e maior abrangência, sendo meta no ano de 2015 a expansão do programa para todas as APACs da cidade. Nesse sentido, é essencial, também, a regulamentação do Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural, previsto nos art. 153 e 154 do Plano Diretor, cujo processo 01/005.732/2012, tratado no Projeto de Lei 784/2014, foi enviado à Câmara Municipal e está sendo analisado pelas comissões competentes.

Dentre outras iniciativas do IRPH que necessitam ser implementadas de modo a permitir uma atuação mais efetiva do órgão, temos:

SESCORA - Sistema de escoramento predial em imóveis com risco de desabamento, tem o objetivo de garantir emergencialmente a permanência de imóveis, ou parte remanescentes de edificações de valor para o patrimônio cultural da cidade. Trata-se da garantia de crédito para um contrato anual pré-aprovado para a realização de obras emergenciais a fim de evitar a perda de imóveis de relevância para o patrimônio cultural nos casos de má conservação e ocorrência de sinistros. O programa envolve os seguintes órgãos municipais: SECONSERVA, responsável pela administração do recurso e contratação das obras, IRPH e SMU/GVE, responsáveis pelo escopo dos serviços de recuperação/escoramento a serem executados. A minuta do decreto que regulamenta a aplicação do programa, no processo 01/004.990/2013, foi encaminhada à aprovação do Sr. Prefeito.

Plano de Monitoramento dos Imóveis Protegidos do Centro Histórico

Desenvolvido com o objetivo de criar uma base de acesso comum a todos os órgãos municipais, possibilitando a obtenção das informações necessárias para a elaboração e implantação de novas políticas e programas. O sistema deverá reunir, numa mesma base de dados GIS, a partir da busca pelo endereço de cada imóvel, informações específicas de interesse para o monitoramento e gestão dos imóveis sob o ponto de vista do patrimônio cultural, configurando-se, tanto como um sistema de integração de dados, como de alimentação e introdução de novas informações, a ser implantado inicialmente apenas na área do Corredor Cultural, podendo ser constituído como um braço ou uma aplicação do SIURB, Sistema de Informações Urbanas, em processo de implantação coordenado pelo IPP. Foram definidos os dados necessários para o monitoramento dos imóveis sob o ponto de vista do patrimônio cultural, compilados e classificados conforme o tipo e as fontes de informação: dados levantados dentro da prefeitura e dados a serem coletados através de levantamento de campo a ser realizado. O sistema aguarda recursos para a contratação de pesquisa, desenvolvimento e implantação.

Política de Transportes

Ação: Complementação da Rede de Transportes de Alta Capacidade - Implementação dos BRTs

Contextualização

Durante toda a história do Rio de Janeiro, o governo municipal nunca tinha investido na construção de corredores de transporte. Essa realidade foi modificada com a implantação da atual Rede de BRTs.

A implantação dos BRTs (assim como a dos BRSs) na Cidade do Rio de Janeiro vem de encontro a demanda social na ampliação da qualidade dos serviços de transporte, na redução do tempo de viagem no percurso casa-trabalho.

O sistema está sendo servido nas Áreas de Planejamento 3, 4 e 5. A maior parte dos bairros servidos não tinha nenhum acesso a corredores de transporte e passou a tê-lo. Existe inclusive integração com os sistemas de metrô e trem, ampliando a área de influência e a efetividade da política. Foram implantados até a presente data os corredores de transporte Transcarioca e Transoeste, e está em fase de finalização a Transolímpica. A Transbrasil encontra-se em fase de ajustes de traçado, e será implantado em breve.

O planejamento e a implantação dos BTRs envolvem a Secretaria Municipal de Transporte (SMTR) e a Secretaria Municipal de Obras (SMO).

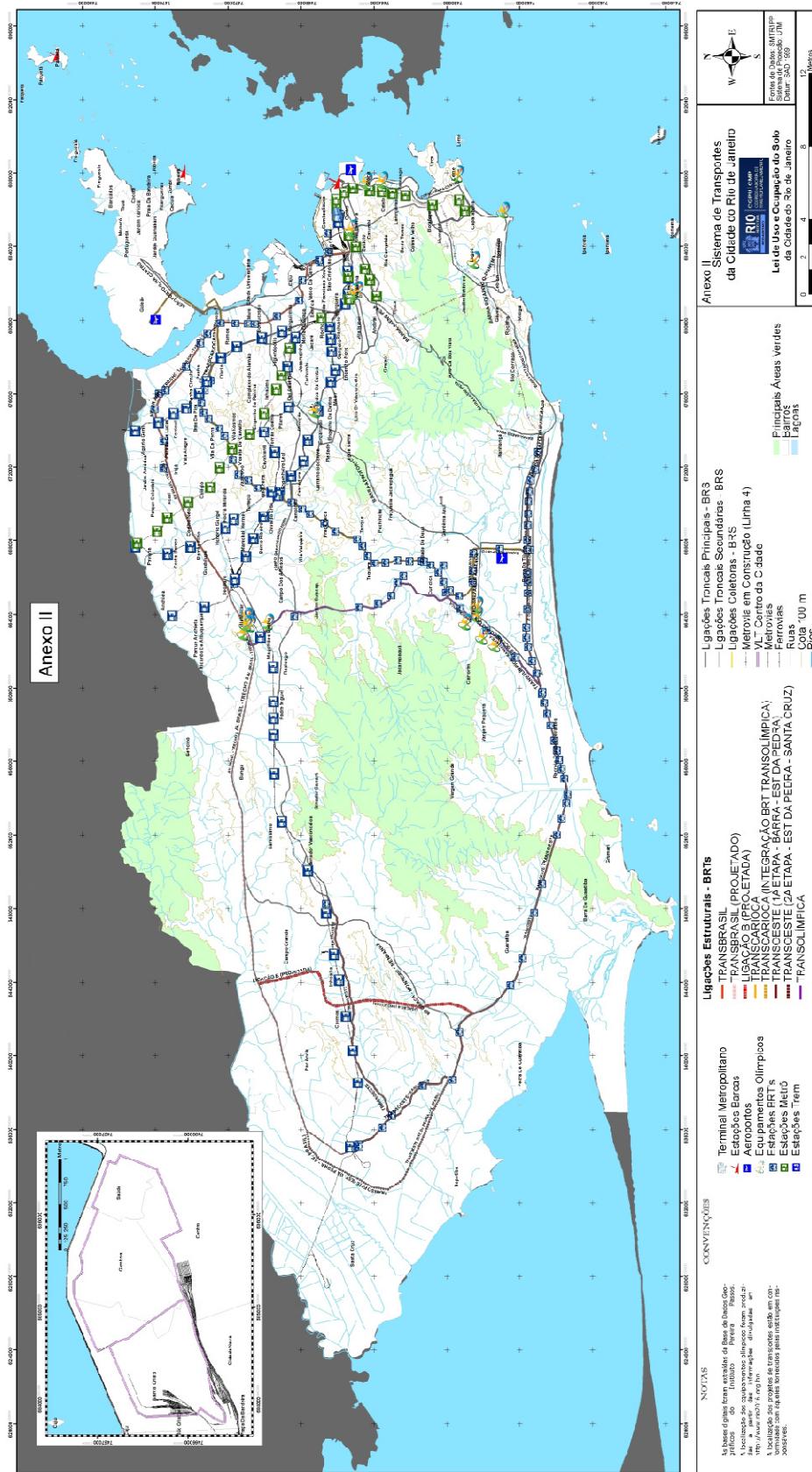


Fig. 3 - Mapa do Sistema de Transportes com as ligações estruturais dos BRTs.

Sistema de Planejamento

A implantação de corredores de BRTs está presente nos três níveis de planejamento municipal: Plano Diretor, Plano Estratégico e no Plano de Metas de 2014.

No Plano Diretor destaca-se:

TÍTULO I - Capítulo I - DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 2º A política urbana será formulada e implementada com base nos seguintes princípios:

I - desenvolvimento sustentável, de forma a promover o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social;

IV - universalização do acesso à infraestrutura e os serviços urbanos;

VII - a universalização a acessibilidade para pessoas com deficiência de qualquer natureza;

Art.3º- A política urbana do Município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes:

VIII - incentivo ao transporte público de alta capacidade, menos poluente e de menor consumo de energia;

IX - racionalização dos serviços de ônibus e de transportes complementares, efetivação das integrações intermodais e ampliação da malha cicloviária e das conexões hidroviárias;

X - universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento ambiental, aos equipamentos urbanos e aos meios de transportes;

Art. 214 quando define nas diretrizes da Política de Transportes:

- ✓ Na diminuição do efeito da emissão de gases poluentes;
- ✓ No atendimento aos portadores de deficiência por meio da adoção de tecnologias apropriadas e específicas no transporte coletivo e no trânsito;
- ✓ Na garantia de segurança e conforto aos pedestres;
- ✓ Na implementação de gerenciamento da mobilidade priorizando o transporte público e os modos não motorizados, visando condições equilibradas e sustentáveis de acessibilidade e mobilidade;
- ✓ Na promoção da implementação de um sistema hierarquizado e intermodal mediante a interligação funcional e tarifária de sistemas sobre trilhos, sobre pneus e hidroviário;

- ✓ Na implantação da Rede Integrada Inter e Intramodal de Transportes com sistemas tronco-alimentados de ônibus de alta capacidade, climatizados, operando a partir de terminais de integração, por faixas exclusivas segregadas com tecnologias inteligentes

No Art. 215 que define as ações estruturantes:

- ✓ Na construção de novos terminais de conexões intermodais, estabelecendo a interligação entre sistemas de transportes sobre trilhos, BRTs e BRS e os sistemas de transporte público coletor e local;
- ✓ Na implantação de novos terminais e corredores segregados para o sistema de transporte público por ônibus;
- ✓ No Art. 217 que define a implementação da Política de Transportes:
- ✓ Na política tarifária para o transporte público de passageiros;
- ✓ No estímulo a integração física e tarifária para todos os modais com interface com outras esferas de governo;
- ✓ Na regulamentação da prestação de serviços de transportes;
- ✓ Na implantação de transportes de passageiros de alta capacidade.

A mesma importância pode ser encontrada dentro do Plano Estratégico 2013-2016, como pode ser visto a seguir:

Diretrizes de Transporte

- ✓ Melhorar a mobilidade na cidade, expandindo e modernizando o sistema estrutural de transportes de alta capacidade a partir da implantação de corredores expressos no modal rodoviário.
- ✓ Garantir acessibilidade no sistema de transporte coletivo.

Metas de Transportes

- ✓ Reduzir pela metade o tempo médio de deslocamento dos ônibus nos principais percursos da cidade em sistemas Ligeirão e em pelo menos 20% em sistemas BRS no ano de inauguração de cada sistema, mantendo a redução nos anos subsequentes.
- ✓ Integrar todos os meios de transporte público ao sistema tarifário do Bilhete Único Carioca, até 2016. [em andamento]
- ✓ Alcançar 60% dos usuários de transporte público no município do Rio de Janeiro que usam pelo menos um meio de transporte de alta capacidade (trem, metrô, ou Ligeirão) até 2016.
- ✓ Concluir as obras e iniciar as operações da TransOeste, TransCarioca, TransOlímpica e TransBrasil.

- ✓ Modernizar 100% da frota de ônibus até 2016, adotando ônibus modernos com ar-condicionado, motor traseiro, combustível verde e recursos de acessibilidade.

Situação Atual

Os corredores de BRT estão em diferentes estágios de implantação. O TransBrasil e o TransOlímpico ainda estão em obras; o TransOeste está parcialmente implementado, mas já em funcionamento; enquanto o TransCarioca já está plenamente construído. Segue na tabela abaixo a quantidade de passageiros transportada atualmente e a previsão de funcionamento futuro.

Tabela 6 - Passageiros Transportados por Dia pelos

Corredor	Atualmente	Previsão
TransCarioca	180.000	570.000
TransOeste	170.000	220.000
TransOlímpica	0	70.000
TransBrasil	0	700.000
Total	350.000	1.560.000

Seguem as informações relativas sobre cada etapa de cada um dos corredores de BRT.

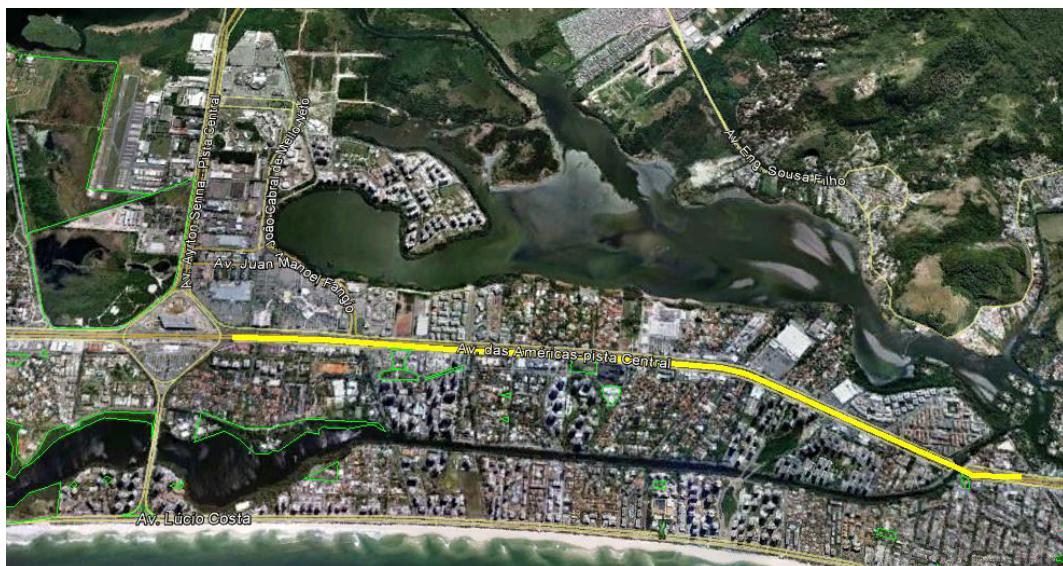


Fig. 4 - TRANSOESTE LOTE - 0 (Alvorada - Jardim Oceânico)

Em execução; Área Total: 222.315,66 m²; Extensão: 6.400m².

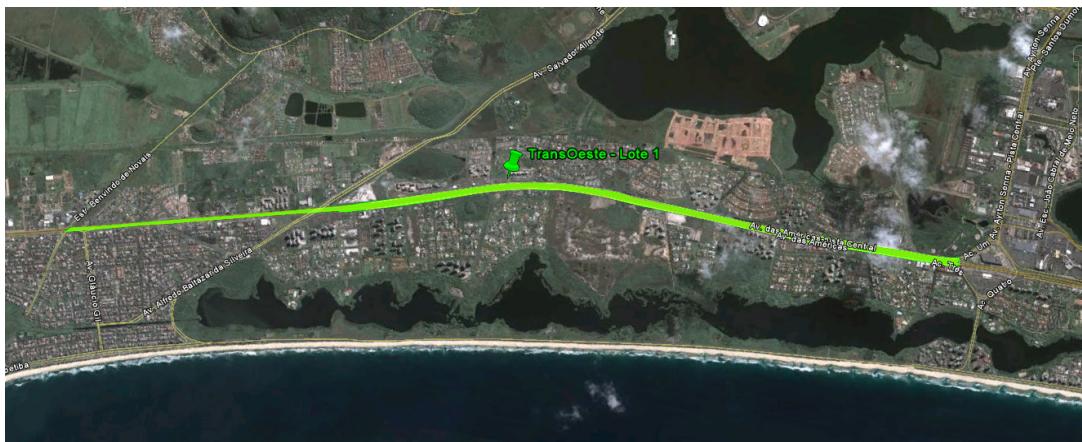


Fig. 5 - TRANSOESTE LOTE - 01 (Alvorada - Av. Benvindo de Novaes)

Concluída; Área Total 839.877,30m²; Extensão 10.042m.

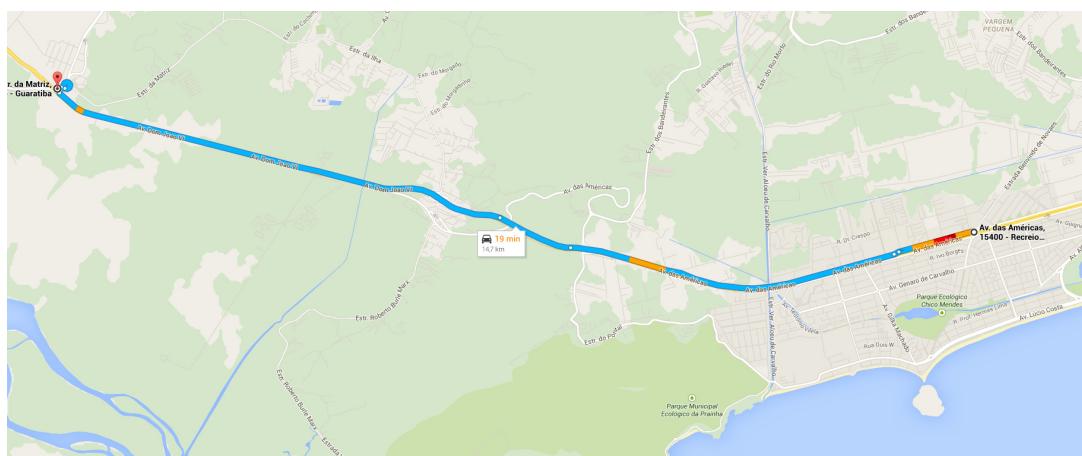


Fig. 6 - TRANSOESTE LOTE - 02 (trecho Av. Benvindo de Novaes - Est. da Matriz)

Concluída; Área Total 786.500m²; Extensão 14.400m.

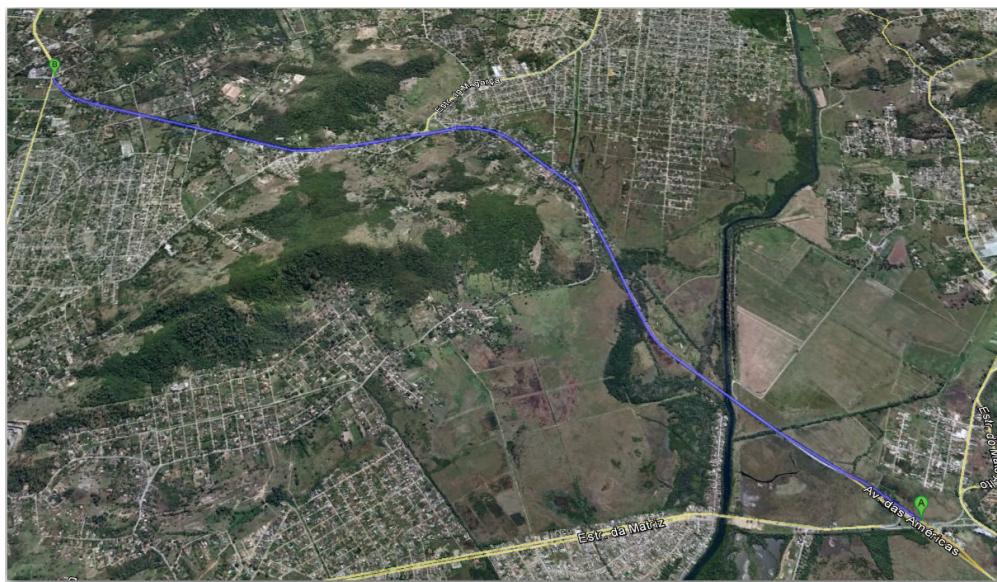


Fig. 7 - TRANSOESTE LOTE - 03 (trecho Est. da Matriz até a Est. da Pedra)

Concluída; Área Total 319.500m²; Extensão 7.300m.

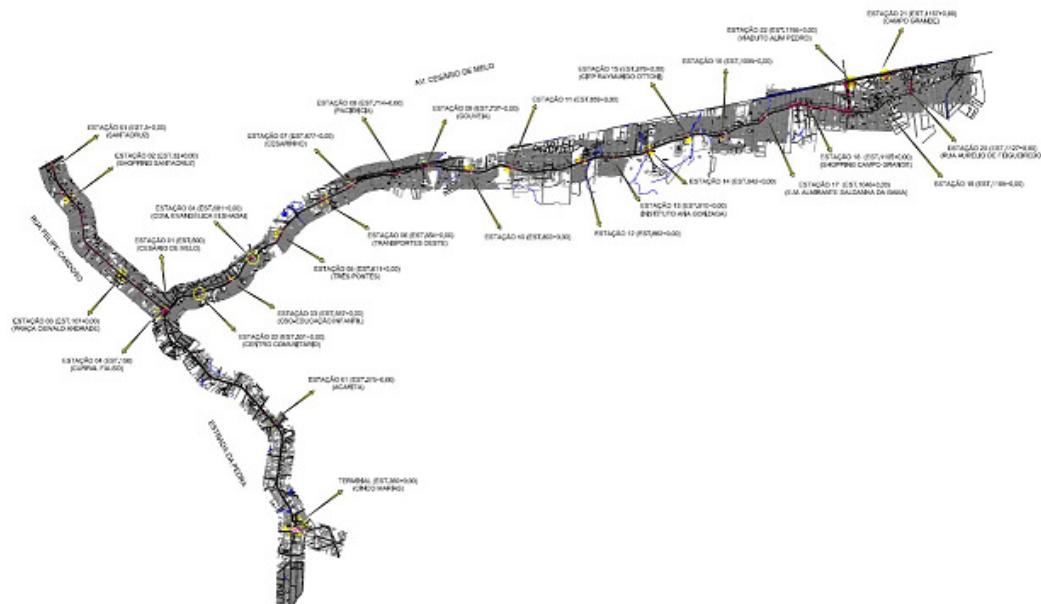


Fig. 8 - TRANSOESTE LOTE - 04 (trecho Est. da Pedra à Sta. Cruz e à Campo Grande)

Concluída; Área Total 586.000m²; Extensão 22.300m.

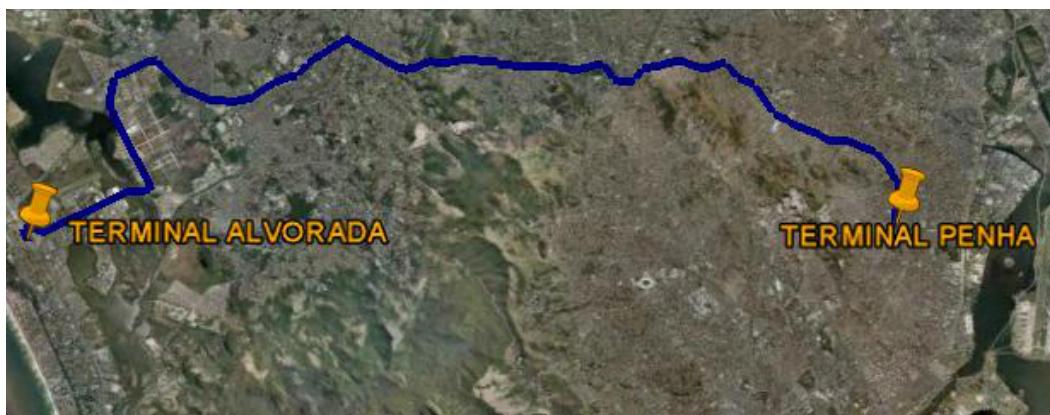


Fig. 9 - TRANSCARIOCA LOTE - 1 (trecho Alvorada à Penha)

Concluída; Área Total 774.115m²; Extensão 27.660m.

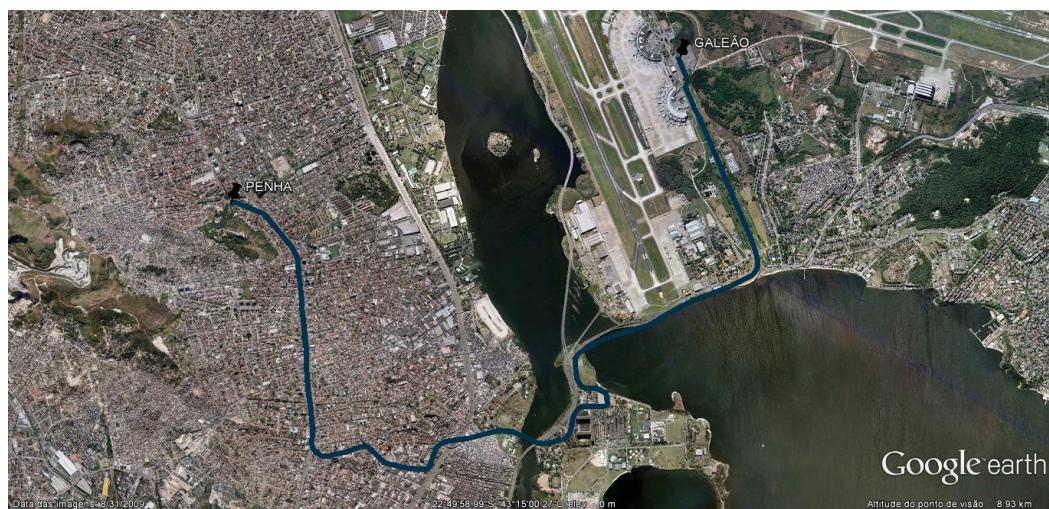


Fig. 10 - TRANSCARIOCA ETAPA - 2

Concluída; Área Total 170.000m²; Extensão 11.000m.

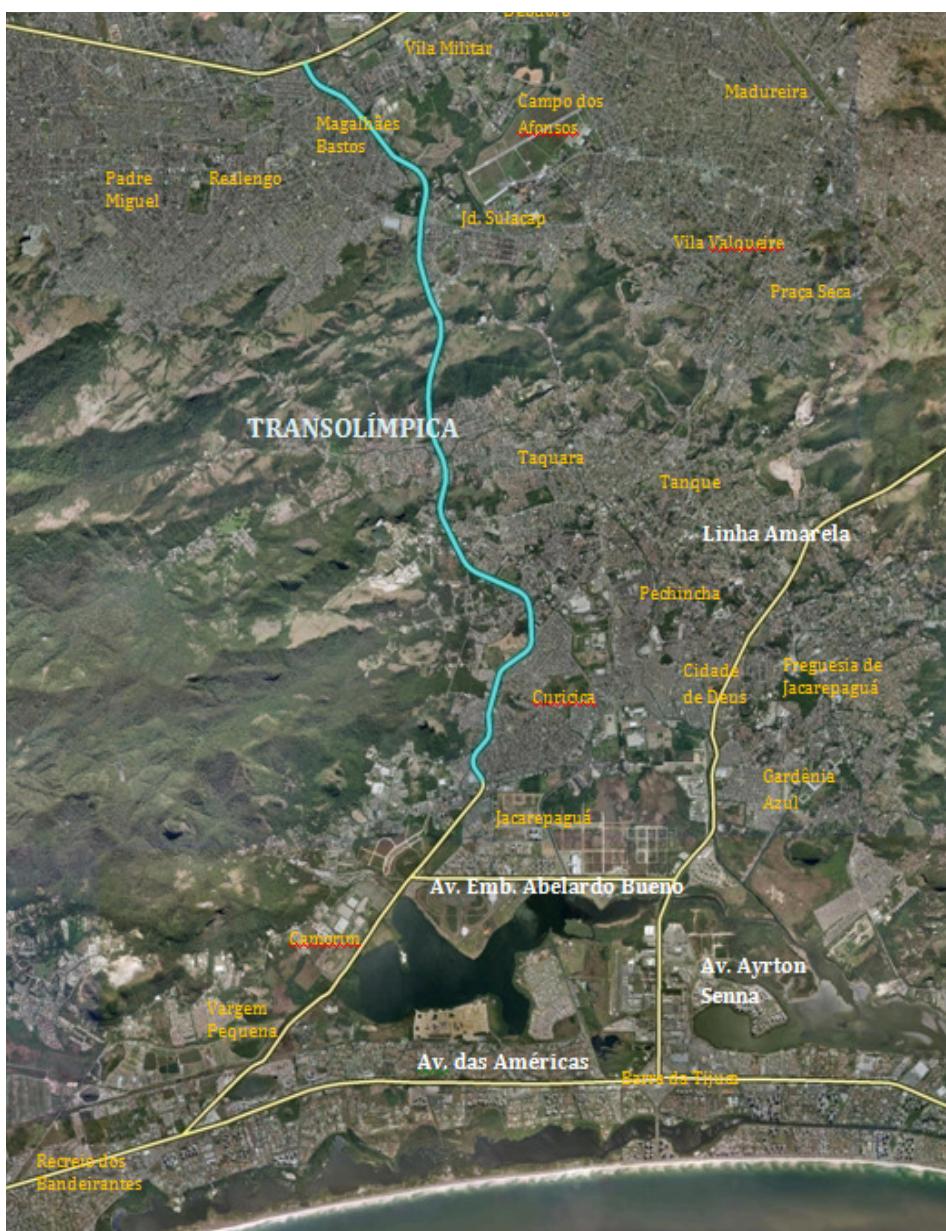


Fig. 11 - TRANSOLÍMPICA

Em execução; Área Total 411.138m²; Extensão 39.000m.

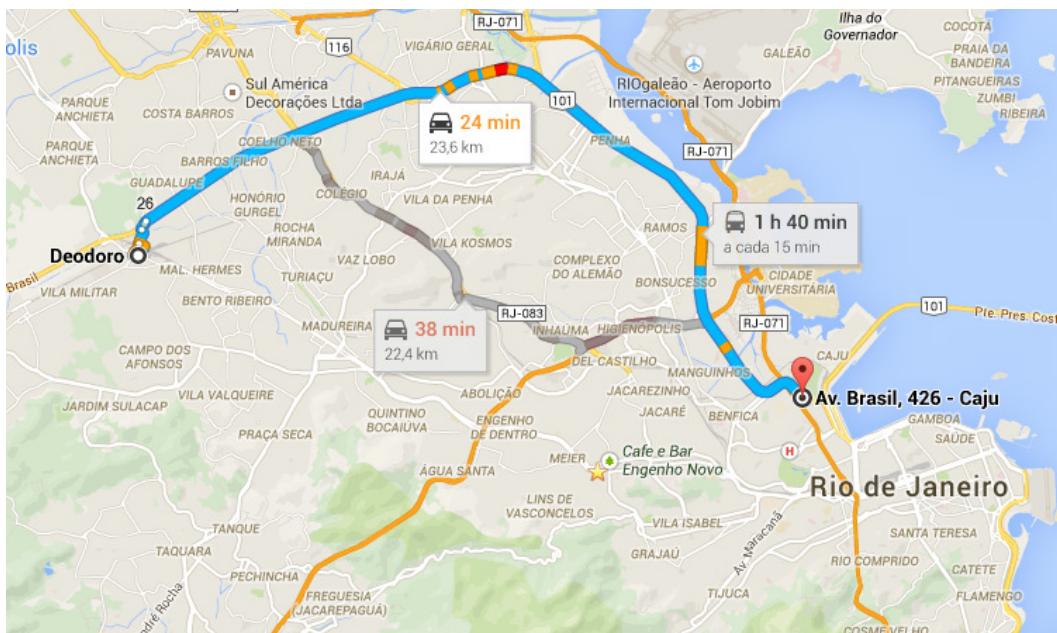


Fig. 12 - TRANSBRASIL LOTE-2

A iniciar; Área Total 727.580m²; Extensão 23.600m.

Avaliação Crítica

Os BRTs estão em andamento e existe avaliação constante baseado em pesquisas de ocupação, ajustando a operação à demanda.

Existem ainda demandas de projeto que serão atendidas com extensão de passarelas em Madureira e melhorias de sinalização. De um modo geral está sendo muito utilizada pela população e com boa aceitação.

As ações seguem o cronograma de responsabilidades da Cidade perante os eventos e o legado. Os BRTs e BRS são objeto de fiscalização e pesquisas constantes para a melhoria dos serviços.

Política de Habitação

Ação: Programa Minha Casa Minha Vida

Contextualização

O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, instituído através da Lei Complementar n. 16/1992, determinou a Política Habitacional com o objetivo de assegurar o direito social da moradia e reduzir o déficit habitacional, tendo como um de seus programas a construção de habitações de interesse social. Esses objetivos, convergentes com os objetivos e metas estabelecidas mais tarde no Plano Nacional de Habitação, fundiram-se às diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 pelo Governo Federal, para a construção de moradias em todo o país, visando o aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e à geração de emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi a primeira no Brasil a assinar o Termo de Adesão ao Programa, que é coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) visa a construção ou requalificação de imóveis, compatibilizando as prestações ao poder aquisitivo e à capacidade de pagamento das famílias, atendendo às famílias com renda familiar de até 10 salários mínimos, com prioridade para os que ganham até 3 salários mínimos, faixa que concentra o déficit habitacional¹.

A alocação de recursos pela União se dá através da apresentação de projetos pela iniciativa privada em parceria com o poder público, cooperativas e movimentos sociais ou independentemente. A análise de projetos e a contratação de obras são realizadas

¹ Segundo estimativa do IPP/DIC com base nos dados de IBGE/PNAD para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2011), haveria aproximadamente 148 mil domicílios particulares permanentes considerados como déficit habitacional na Cidade do Rio de Janeiro, segundo metodologia adotada pelo Ministério das Cidades e desenvolvida pela FJP de Minas Gerais.

pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, sendo a demanda por habitação social apresentada por Estados e Municípios, priorizando famílias com portadores de necessidades especiais ou idosos e registrando os imóveis preferencialmente em nome da mulher da família.

Visando o incremento da produção habitacional no Rio de Janeiro foram editadas normas urbanísticas específicas, como a Lei Complementar n. 97, de 10 de julho de 2009, estabelecendo normas para edificações e grupamentos de edificações aplicáveis a empreendimentos de interesse social, vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto n. 30.912, de 27 de julho de 2009.

No mesmo ano, foram instituídos benefícios fiscais com a aprovação das Leis n. 5.065 e n. 5.066 (ambas de 10 de julho de 2009). Foi concedida isenção do pagamento do ISS - Imposto sobre o Serviço e do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens imóveis para os empreendimentos voltados às famílias com renda de até 6 salários mínimos e redução de 50% destes impostos para os empreendimentos destinados às famílias com rendimentos de 6 a 10 salários mínimos (Lei n. 5.065). Além disso, determinou-se a remissão das dívidas do IPTU - Imposto Territorial e Predial Urbano para os imóveis transformados em moradias localizados nas Áreas de Planejamento (AP) 1 e 3 da Cidade (Lei n. 5.066).

Quanto à localização dos empreendimentos vinculados ao PMCMV, observou-se que as menores ofertas se deram na AP 1 e AP 2 da Cidade. Na AP 3, subúrbio consolidado com significativa densidade populacional, foram viabilizados alguns terrenos de antigas áreas industriais. Já na AP 4, área que representa um vetor de expansão do mercado imobiliário, se identificou o predomínio de empreendimentos destinados a famílias de renda entre seis e dez salários mínimos, que possui valor de crédito ao consumidor mais elevado. Por fim, intervenções para faixas de renda de até seis salários mínimos se concentraram na AP 5, área que possui maior disponibilidade de terrenos e precariedade em relação à infraestrutura e serviços, elementos que impactam no preço da terra, reduzindo seu valor.

Consequentemente, o Decreto n. 36.960, de 2013, definiu para a AP 5 as áreas e as condições adequadas para a implantação dos empreendimentos do Programa MCMV, em relação às estações ferroviárias, ao BRT Transoeste e ao longo da Av. Brasil e demais vias. Foi estabelecida para a Av. Brasil, um dos principais corredores viários da Cidade, uma faixa com profundidade de 300 metros de ambos os lados, bem como trechos consolidados de outras vias, com faixa de profundidade de 200 metros de ambos os lados. Foi determinado, ainda, que as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde deveriam priorizar a construção de equipamentos públicos nestas áreas.

Considerando as condições de famílias situadas em áreas de risco ou em áreas necessárias à implantação de infraestrutura, o Governo Federal editou a Portaria n. 595, de 2013, estabelecendo parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos beneficiários do Programa MCMV, admitindo-se a indicação de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização e processo de seleção de que tratam esta Portaria. Neste caso, a indicação fica limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidades habitacionais contratadas no município. No mesmo ano, o Decreto n. 37.222 definiu como “custo total do empreendimento a soma do total para execução da obra mais o custo do terreno onde se localiza o empreendimento, não sendo computado o valor destinado à

comercialização, bem como o custo decorrente de urbanização de logradouro público existente em que seja necessária a complementação da infraestrutura”.

A viabilidade de realização do empreendimento habitacional de interesse social em terrenos da Cidade depende do zoneamento e dos demais parâmetros urbanísticos estabelecidos para a área. Estas informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo/Coordenadoria Geral dos Programas de Interesse Social. As edificações e grupamentos podem estar localizados em zonas que permitam o uso residencial multifamiliar, misto, comercial, industrial ou portuário e em parte da Zona Residencial 6 - ZR 6, estabelecida pelo Decreto n. 322, de 1976. Ficam excluídos os Distritos Industriais previstos na Legislação Estadual e a área denominada como Polo Empresarial da Pavuna. Na Zona Oeste, Área de Planejamento 5 da Cidade, são consideradas adequadas para implantação dos empreendimentos incluídos no Programa aquelas incluídas em uma área prioritária, definida pelo Decreto n. 36.960, de 2013.

A Secretaria Municipal de Habitação é responsável pela avaliação dos projetos habitacionais de interesse social propostos pela iniciativa privada, a fim de que seja feito o enquadramento de acordo com os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida. Após o enquadramento, a formalização do processo de licenciamento da construção se realiza na Secretaria Municipal de Urbanismo/Coordenadoria Geral dos Programas de Interesse Social. Formado o processo, o projeto é analisado quanto aos aspectos da legislação urbanística. Após a concessão da licença de obras e a construção finalizada, as unidades habitacionais recebem o *habite-se*, que é concedido com a verificação do cumprimento do projeto aprovado e mediante a apresentação da documentação necessária, conforme descrita na licença de obras.

No âmbito institucional, foi constituída uma Comissão e um Comitê para analisar e consolidar estudos visando o planejamento das políticas urbana e habitacional do Município do Rio de Janeiro. Através do Decreto n. 31.001, de 2009, foi estabelecido que os projetos dos empreendimentos habitacionais de interesse social, após o parecer técnico conclusivo da Secretaria Municipal de Habitação, seriam encaminhados ao Comitê, cabendo a este as recomendações que julgasse pertinentes. Ressalta-se que os principais órgãos da Prefeitura que atuam nos processos e análises referentes aos empreendimentos do Programa MCMV são:

- ✓ **Secretaria Municipal de Habitação** - gestão e monitoramento da demanda habitacional, estudos de viabilidade de terrenos, Chamamento público, análise quanto ao enquadramento dos projetos aos critérios do PMCMV e acompanhamento dos projetos até a contratação, quando após serem enquadrados, são submetidos à avaliação da legislação urbanística e aprovados pela Prefeitura, podendo então ser contratados pelo agente financiador.
- ✓ **Procuradoria Geral do Município** - orientação quanto a minutas de Chamamento Público e de decretos de desapropriação.
- ✓ **Secretaria Municipal de Fazenda** - avaliação com vistas à desapropriação de terrenos e informações referentes à situação fiscal.
- ✓ **Secretaria Municipal de Urbanismo** - análise e licenciamento dos projetos de parcelamento do solo e de edificações, bem como o *habite-se* e a numeração após a conclusão das obras.
- ✓ **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** - análise e licenciamento ambiental.

- ✓ Fundação Rio-Águas - análise e licenciamento da drenagem pluvial.
- ✓ Cet-Rio - análise quanto ao fluxo de veículos e as vias localizadas no entorno dos empreendimentos.

Planejamento para implementação da ação

O Programa Minha Casa Minha Vida é incluído no Plano Diretor - Lei Complementar nº 111/2011, em seu Capítulo IV - Da Política de Habitação, nas Seções I, II e III, artigos 200, 201 e 202:

DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Seção I

Dos Objetivos

Art. 200. São objetivos da Política de Habitação:

- I. ampliar o acesso à terra urbana dotada de infraestrutura e à moradia, com especial atenção para a população de baixa renda, dando resposta ao déficit habitacional qualitativa e quantitativamente;
- II. reduzir a informalidade no uso e ocupação do solo urbano, possibilitando a diversidade socioeconômica;
- III. elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, como instrumento básico da Política de Habitação, promovendo a efetiva participação da população em todas as suas etapas;
- IV. garantir que toda a produção de habitação e/ou construção de moradia populares seja feitas segundo normas da ABNT e legislação vigente;
- V. atender as disposições contidas na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social -SNHIS, criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social -FNHIS e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS, bem como, as disposições da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização dos assentamentos localizados em área urbana.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 201. São diretrizes da Política de Habitação:

- I. produzir novas soluções habitacionais;
- II. recuperar áreas e edifícios informais, irregulares, precários ou deteriorados;
- III. agilizar os procedimentos de regularização fundiária, administrativa e fiscal, em parceria com as Secretarias Municipais de Urbanismo e Fazenda;

IV. incentivar a formação de parcerias com entidades públicas e privadas, associações de moradores, cooperativas ou quaisquer formas de associação visando, em especial, a produção social da moradia;

V. buscar recursos complementares para a implementação da Política de Habitação através da aplicação de instrumentos urbanísticos e fiscais;

VI. constituir e fortalecer instâncias participativas;

VII- as mulheres chefes de família terão prioridade no atendimento dentro dos Programas e Projetos compreendidos pela Política Habitacional do Município.

Seção III

Da Provisão de Soluções Habitacionais

Art. 202. As soluções habitacionais a serem produzidas serão localizadas prioritariamente em áreas dotadas de infraestrutura, compreendendo, entre outras, as seguintes modalidades:

I. lotes urbanizados com previsão para edificação progressiva;

II. lotes urbanizados com edificação residencial completa- uni ou multifamiliar;

III. cestas de materiais de construção com assistência técnica;

IV. melhorias habitacionais, que poderão ser coadjuvantes de quaisquer programas habitacionais;

V. locação social.

De acordo com o Plano Estratégico 2013-2016, a Iniciativa Estratégica Morar Carioca - Minha Casa, Minha Vida parte do princípio de que, “a partir de 2009 a produção habitacional passou a ser priorizada, em escala, através da adesão da prefeitura do Rio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Até 2011 foram contratadas 35.000 novas unidades habitacionais, para famílias com renda de até R\$ 5 mil (...).”

“O projeto Morar Carioca - Minha Casa, Minha Vida, contempla a produção de 50 mil unidades habitacionais. O projeto visa estimular a produção habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos, segmento em que se concentra o déficit habitacional, sendo parte das unidades produzidas destinadas a famílias oriundas de área de risco e/ou extrema pobreza.”

O Plano de Metas e Resultados da Secretaria Municipal de Urbanismo/Coordenadoria Geral das Áreas de Interesse Social para o ano de 2014 incluiu o Programa Minha Casa Minha Vida, conforme a publicação:

- ✓ Secretaria Municipal de Urbanismo
- ✓ Desdobramento de Metas - 2014
- ✓ CGPIS
- ✓ Garantir que 95% dos projetos incluídos no Programa “Minha Casa Minha Vida” sejam analisados em até 5 (cinco) dias úteis, em

qualquer fase, a partir da data de assinatura do Acordo, e conceder licença para todos os projetos que serão contratados pela Secretaria Municipal de Habitação, no âmbito da CGPIS.

Situação Atual

O Programa Minha Casa, Minha Vida abrange três faixas de renda, a saber: Faixa I: Faixa I: 0 a R\$ 1.600; Faixa II: R\$ 1.600 a R\$ 3.275; e Faixa III: R\$ 3.275 a R\$ 5.000.

Conforme citado anteriormente, os empreendimentos do Programa MCMV são classificados pela Coordenadoria de Fomento à Produção Habitacional da SMH como "enquadrados" quando atendem as especificações mínimas do Programa, tendo sido analisados até 2014 cerca de 700 projetos. Após o enquadramento, os projetos são submetidos à avaliação da legislação urbanística e se aprovados pela Prefeitura, seguem para a etapa de contratação junto ao agente financiador para a execução das obras, podendo passar então à categoria de "contratados".

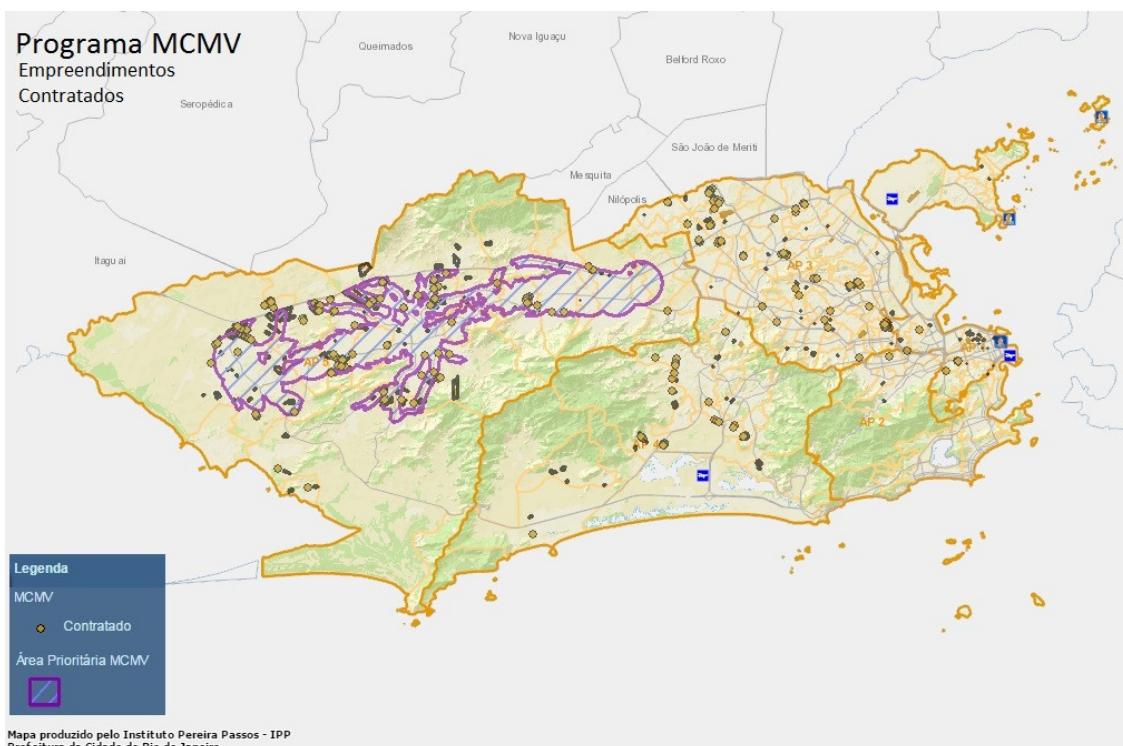


Fig. 13 - Empreendimentos do Programa MCMV

O Quadro 01 abaixo apresenta a síntese das informações pertinentes aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida contratados até 2014. Observando-se que constam também empreendimentos que migraram do Programa de Arrendamento Residencial - PAR.

Tabela 7 - Programa Minha Casa, Minha Vida - Número de unidades habitacionais e de empreendimentos contratados pelo agente financiador.

SITUAÇÃO	FAIXA	AP	QUANT. UNID. HAB.	QUANT. EMPREENDIMENTOS
CONTRATADO	FAIXA I - PAR MIGRADO	1	496	2
CONTRATADO	FAIXA I - PAR MIGRADO	3	582	2
CONTRATADO	FAIXA I - PAR MIGRADO	5	3.109	13
	TOTAL - FAIXA I - PAR MIGRADO		4.187	17
CONTRATADO	FAIXA I	1	998	2
CONTRATADO	FAIXA I	3	5.580	28
CONTRATADO	FAIXA I	4	4.616	22
CONTRATADO	FAIXA I	5	19.642	55
	TOTAL - FAIXA I		30.836	107
CONTRATADO	FAIXA II	1	154	1
CONTRATADO	FAIXA II	3	2.248	19
CONTRATADO	FAIXA II	4	789	6
CONTRATADO	FAIXA II	5	9.698	53
	TOTAL - FAIXA II		12.889	78
CONTRATADO	FAIXA III	1	330	2
CONTRATADO	FAIXA III	2	48	1
CONTRATADO	FAIXA III	3	8.746	29
CONTRATADO	FAIXA III	4	4.791	14
CONTRATADO	FAIXA III	5	5.253	21
	TOTAL - FAIXA III		19.168	67
	TOTAL GERAL		67.080	269

Fonte: SMH/Coordenadoria de Fomento à Produção Habitacional.

Ressalta-se que, dos empreendimentos computados no Quadro 01, o maior percentual, cerca de 40%, está inserido na Faixa I. Além do quantitativo de unidades habitacionais apresentado, outras 4.845 unidades informadas pelo agente financiador mas não localizadas territorialmente, fazem parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, totalizando **71.925 unidades habitacionais contratadas**.

De acordo com a planilha elaborada pela SMU/CGPU (Figuras 15 e 16), verifica-se que até a data de 15/11/2014 foram autuadas pela SMU através da abertura de processo para análise da legislação urbanística, com vistas ao licenciamento de obras, um total de 125.814 domicílios, sendo que 2,48% encontravam-se na AP1; 0,58% na AP2; 18,62% na AP3; 14,61% na AP4 e 63,51% na AP5.

Fonte: SMU/ CGPIS, organização SMU/ CGPU/Gerência de Informações Urbanísticas

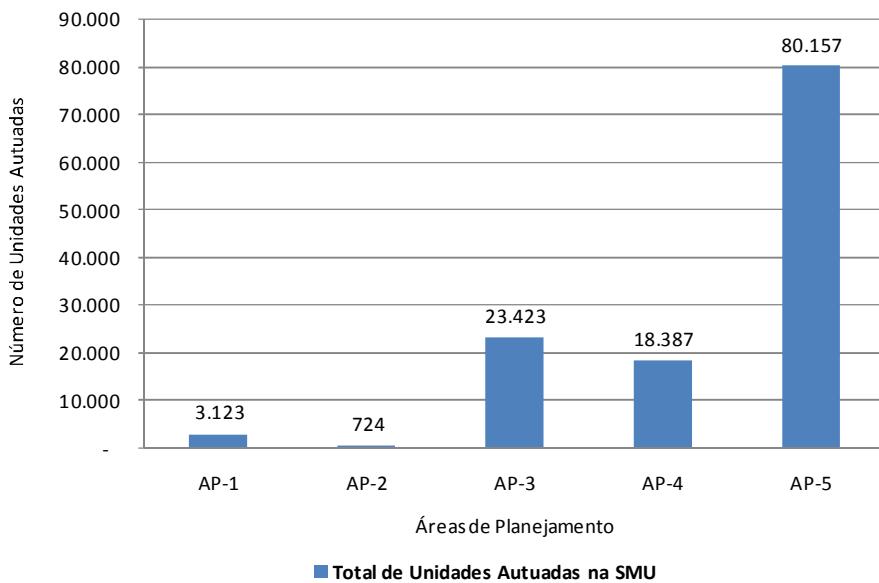


Fig. 14 - Unidades Autuadas pela SMU até 15/11/2014

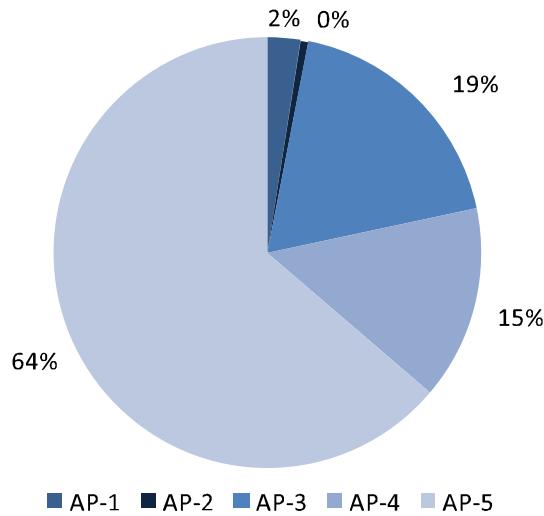


Fig. 15 - Percentual por AP das Unidades Autuadas

O total de unidades licenciadas foram 84.456, destas 3,15% encontram-se na AP1; 0,29% na AP2; 22,22% na AP3; 17,10% na AP4 e 57,24% na AP5 (Figura 17).

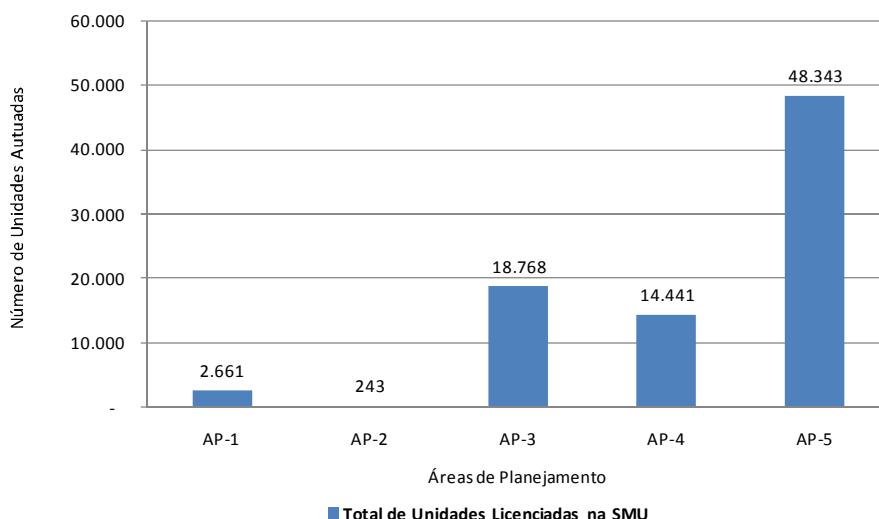


Fig. 16 - Unidades Licenciadas na SMU até 15/11/2014

O total de empreendimentos autuados foram 643, sendo que 8,55% na AP1; 1,08% na AP2; 18,35% na AP3; 11,35% na AP4 e 59,87% na AP5 (Figuras 18 e 19).

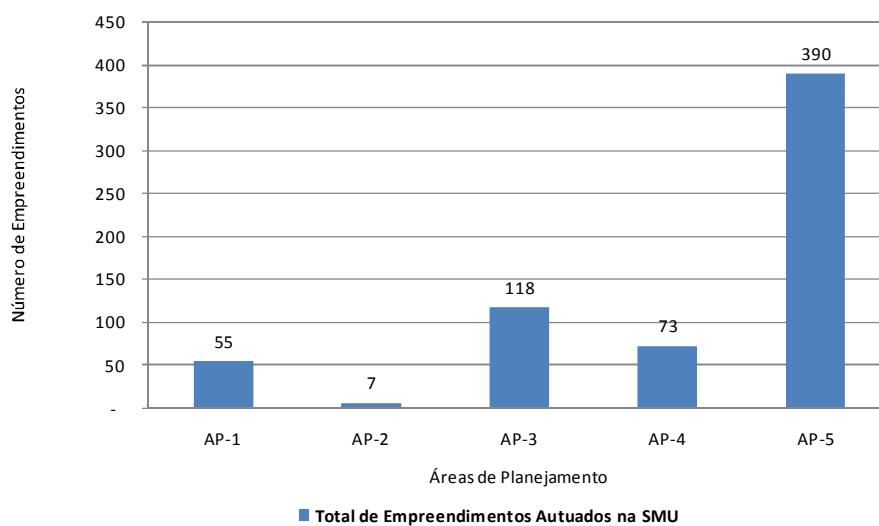


Fig. 17 - Empreendimentos Autuados pela SMU até 15/11/2014

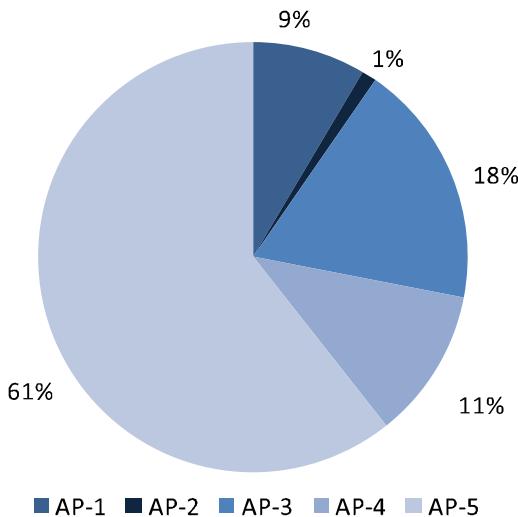


Fig. 18 - Percentual por AP de Empreendimentos Autuados até 15/11/2014

O número total de unidades autuadas na SMU, de acordo com as faixas salariais, foram: de 0 a 3 S.M.- 49,66% em 231 empreendimentos; 3 a 6 S.M.- 15,85% em 171 empreendimentos; e de 6 a 10 S.M. 34,45% em 241 empreendimentos autuados pela S.M.U (Figura 20 a 23).

Tabela 8 - Total de Unidades Licenciadas pela SMU por faixas Salariais

Faixas Salariais	Total de Unidades Autuadas na SMU	%	Total de Unidades Licenciadas na SMU	%	Total de Unidades em Análise na SMU	%	Total de Empreendimentos Autuados na SMU
<i>Total</i>	125.814	100	84.456	100	16.689	100	643
0 a 3	62.482	49,66	39.439	46,70	8.327	49,90	231
3 a 6	19.946	15,85	15.307	18,12	1.665	9,98	171
6 a 10	43.386	34,48	29.710	35,18	6.697	40,13	241

Fonte: SMU/ CGPIS, organização SMU/CGPU/Gerência de Informações Urbanísticas

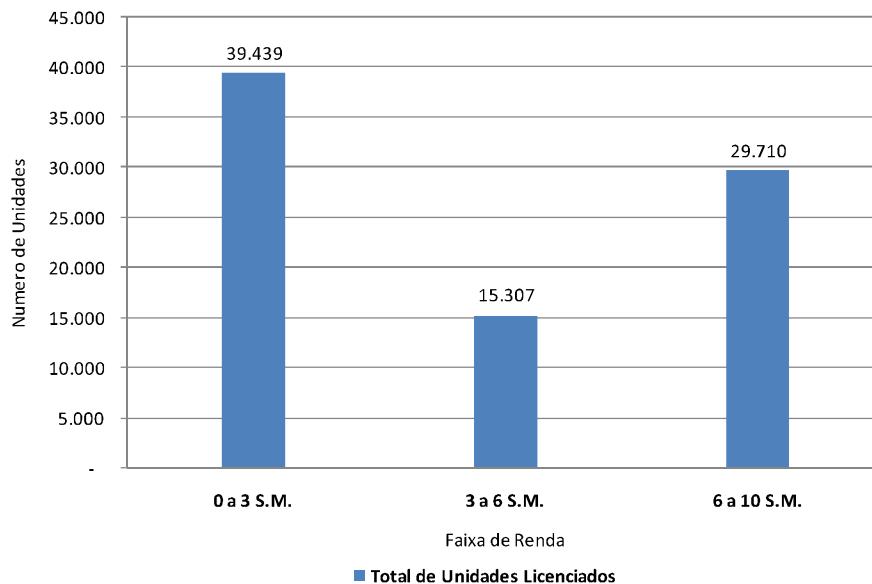


Fig. 19 - Total de Unidades Licenciadas pela SMU de acordo com a faixa de renda - até 15/11/2014

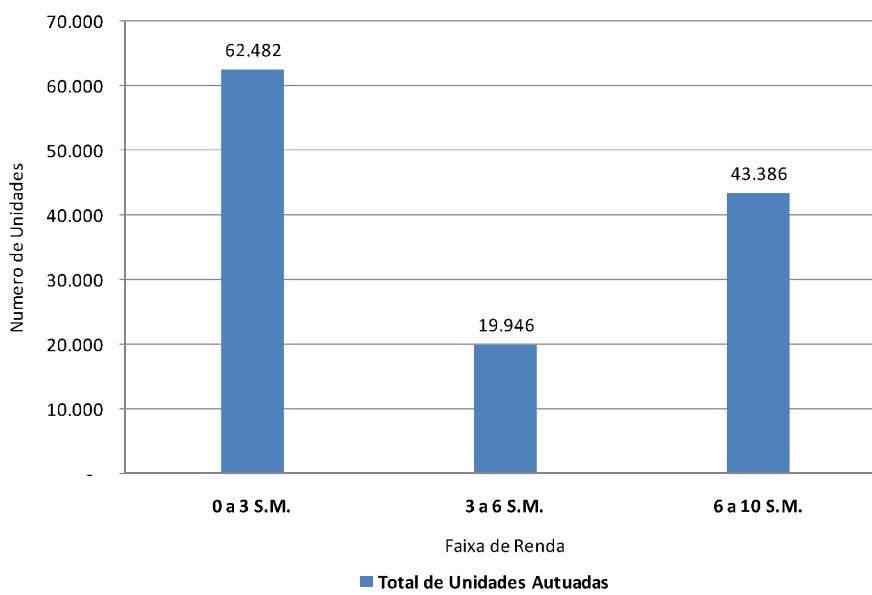


Fig. 20 - Total de Unidades Autuadas pela SMU de acordo com a faixa de renda - até 15/11/2014

O número total de unidades licenciadas na SMU, de acordo com as faixas salariais, foi de: de 0 a 3 S.M.- 46,70%; 3 a 6 S.M.- 18,12%; e de 6 a 10 S.M.- 35,18% do total (Figura 23).

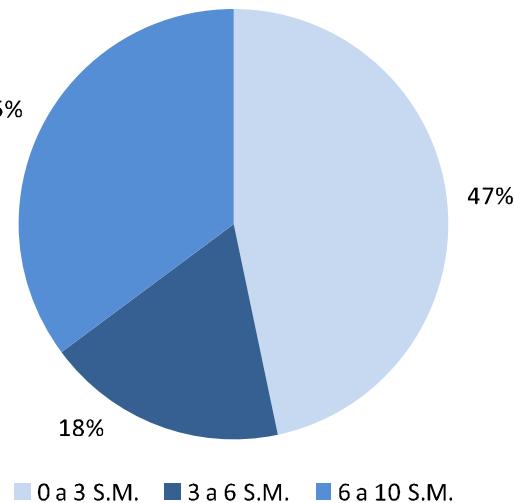


Fig. 21 - Percentual de Unidades Licenciadas por Faixa de Renda (%) - até 15/11/2014

A distribuição por bairros, segundo a Área de Planejamento, encontra-se nas tabelas em anexo. Verificamos que os bairros que receberam o maior número de unidades autuadas foram os localizados na AP5 - Santa Cruz e Campo Grande e na AP4 - Jacarepaguá.

O maior número de unidades autuadas, de acordo com a faixa de renda, encontra-se nos seguintes bairros localizados na Região de Planejamento 5 (AP5): de 0 a 3 S.M.- Santa Cruz - 28.879 unidades; de 3 a 6 S.M. - Campo Grande - 10.906 unidades; e de 6 a 10 S.M.- Campo Grande- 9.498 unidades. O bairro de Jacarepaguá aparece em segundo lugar nas faixas de 0 a 3 S.M.- 6.560 unidades e de 6 a 10 S.M.- 4.476 unidades.

Conforme dados disponibilizados pelo site da PCRJ/SMU - Empreendimentos Minha Casa Minha Vida, considerando o número de habite-se no período de 2011 a julho de 2014, identificamos a seguinte situação: em 2011 - 5.397 unidades; em 2012 - 7.823 unidades; em 2013 - 10.211 unidades; até o mês de julho de 2014 foram 5.901 unidades com habite-se, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 - HABITE-SE de Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, acumulado até julho de 2014

	Ano	2011	2012	2013	2014	
Mês	Jan.	5.397	384	2.254	48	Total
	Fev.		741	2.444	1.828	
	Mar.		308	891	499	
	Abr.		496	293	237	
	Mai.		923	888	1.790	
	Jun.		915	625	840	
	Jul.		2.549	898	659	
	Ago.		1.507	567		
	Set.			459		
	Out.			460		
	Nov.			208		
	Dez.			224		
Total		5.397	7.823	10.211	5.901	29.332

Fonte: Site PCRJ/SMU/Empreendimentos Minha Casa Minha Vida - 2014

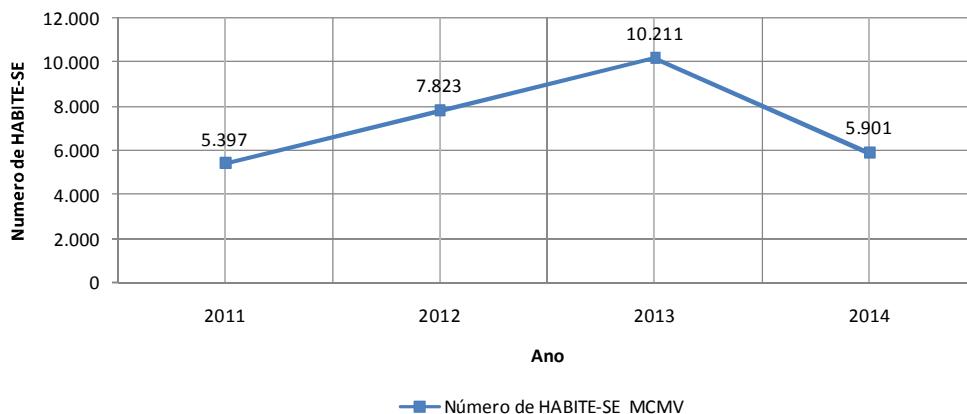


Fig. 22- Número de HABITE-SE do Minha Casa Minha Vida por ano, até 2014

Podemos verificar que a localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida que receberam o habite-se até o ano de 2013 concentrou-se na Área de Planejamento 5, principalmente ao longo dos principais eixos de transporte, conforme demonstra o mapa esquemático a seguir (Figura 23):

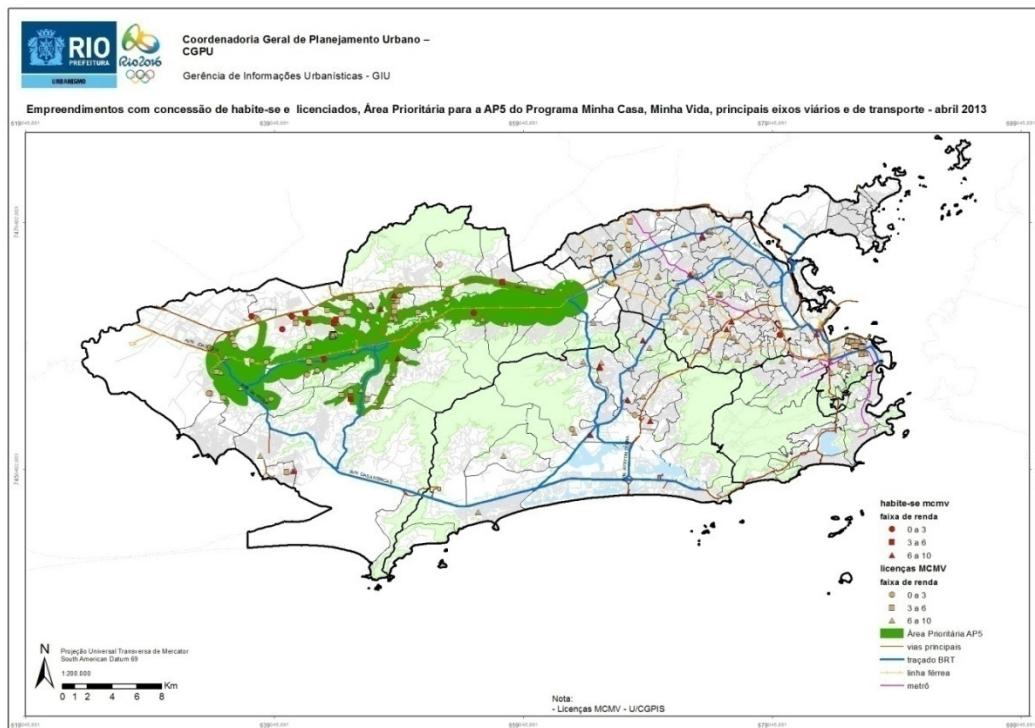


Fig. 23 - Localização dos Empreendimentos MCMV

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/www.rio.rj.gov.br> / Secretaria Municipal de Habitação / Programa Minha Casa Minha Vida.

Tendo em vista os quantitativos demonstrados pela Secretaria Municipal de Habitação quanto aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida contratados (Quadro 01) e os números apresentados pela Secretaria Municipal de Urbanismo (Figura 20), cabem alguns esclarecimentos devido à divergência dos valores considerados:

- ✓ - o total de unidades habitacionais licenciadas (SMU) é maior do que o de unidades habitacionais contratadas (SMH) - isto acontece devido ao fato de que alguns empreendimentos, apesar de licenciados urbanisticamente, não chegam a ser contratados pelo agente financiador ou são construídos com recursos próprios.
- ✓ - o número total de unidades habitacionais autuadas na SMU corresponde ao quantitativo destas unidades em projetos que formaram processos administrativos para análise quanto ao licenciamento dos empreendimentos. Se tais empreendimentos não foram aprovados, as suas respectivas unidades não fazem parte do cômputo da SMH de unidades habitacionais de empreendimentos contratados. O mesmo se aplica ao total de empreendimentos autuados, ou seja, aqueles que tiveram processos abertos, e o total de empreendimentos contratados.

Avaliação crítica

O andamento das ações referentes à produção habitacional depende de uma série de procedimentos que visam garantir o alcance de seus objetivos, ou seja, o incremento de unidades habitacionais direcionadas ao interesse social. Avalia-se que o Programa

Minha Casa Minha Vida vêm tendo êxito na Cidade do Rio de Janeiro. Em 2009, ano de lançamento do Programa, a Cidade ficou em primeiro lugar no país em termos de número de unidades implantadas. Foram 84.456 unidades licenciadas até novembro de 2014 e destas, 71.925 contratadas pelo agente financiador, tendo o número de *habite-se* próximo a 30.000, demonstrando a relevância do Programa em relação à política habitacional.

O início do processo para a realização de um empreendimento de interesse social abrange a questão fundiária, de acesso à terra dotada de infraestrutura e legalizada, possibilitando atender as exigências do Programa MCMV. Este é um ponto limitador, devido a pouca disponibilidade de terrenos em áreas urbanizadas e a dificuldade de informações fundiárias. Alguns terrenos são públicos, objeto de desapropriações ou de cessões, sendo neste caso, destinados à faixa de renda I. Sendo assim, um das dificuldades a serem superadas para a plena implementação do Programa MCMV é a oferta de áreas disponíveis que atendam às exigências e especificidades do Programa. Além dos aspectos físicos, de localização, e dos problemas quanto à regularização fundiária e urbanística, há muitas vezes a necessidade da implantação imediata da infraestrutura de saneamento básico, além da oferta de equipamentos públicos, como escolas, creches e postos de saúde.

Algumas áreas precisam ainda ser parceladas, devendo ser aprovado um projeto de parcelamento do solo, individualizando o lote onde o empreendimento será implantado e seus respectivos logradouros, se for o caso. Neste estágio surgem algumas dificuldades, como pesquisa a documentos pertinentes à situação fundiária, aos Projetos de Alinhamento e Parcelamento anteriores, bem como à elaboração e aprovação de projetos de urbanização.

A produção de unidades habitacionais, incluindo as fases de elaboração do projeto, análise e aprovação junto aos órgãos da Prefeitura, contratação pela instituição financeira, execução de obra e emissão de habite-se, pode ser demorada, apesar dos esforços desempenhados pelos agentes que participam de todo o processo. A fase de licenciamento dos projetos abrange também a aprovação em outros órgãos, como a Secretaria de Meio Ambiente, Rio-Águas, CEDAE, Corpo de Bombeiros.

Destaca-se que os aprimoramentos necessários para melhor implementação da política habitacional no que concerne à produção de moradias de interesse social estão principalmente no âmbito da articulação intersetorial nas esferas municipal e estadual. Os entraves que dificultam o andamento dos processos resultam em longos prazos para o início de obras, prejudicando, consequentemente, o incremento à produção habitacional.

Encaminhamentos

O município vem aprimorando os processos de licenciamento das construções, com a redução de prazos de análise e aprovação dos projetos de construção, entretanto, no caso dos projetos de empreendimentos de interesse social, a especificidade das áreas e, por vezes, a legislação dificulta o fluxo quanto ao licenciamento de obras. Grandes investimentos têm sido realizados na provisão da infraestrutura de saneamento básico, urbanização e na ampliação das redes de transporte de massa na direção das áreas de expansão da Cidade.

O setor da construção civil é moldado pelas condições favoráveis da economia nacional e internacional, do ambiente e da diversidade de investimentos financeiros e negócios a curto, médio e a longo prazo, condicionados a um panorama macroeconômico de

crescimento. A política habitacional está diretamente ligada ao panorama da economia, o que requer uma aproximação entre as esferas municipal, estadual e federal. Investimentos na mobilidade e infraestrutura urbana das Cidades são prioridades para a expansão do Programa MCMV em todo o país.

No contexto municipal, vimos que ainda há necessidade do acompanhamento permanente das ações. A atualização dos planos de uso e ocupação do solo e a aplicação dos instrumentos urbanísticos de regulação da oferta e disponibilidade do solo voltado à produção de habitações populares é um desafio.

As principais recomendações de modo a aperfeiçoar a produção habitacional de interesse social envolvem as seguintes questões:

- ✓ mapeamento e pesquisa fundiária de vazios urbanos e de áreas subutilizadas ou não utilizadas que possam ser destinadas à habitação de interesse social;
- ✓ intersetorialidade objetivando a simplificação do fluxo de processos com vistas ao licenciamento de empreendimentos habitacionais e de equipamentos públicos;
- ✓ análise da legislação em vigor e sua aplicabilidade quanto à produção habitacional de interesse social, conjugando possíveis instrumentos de caráter redistributivo, como percentuais de doação de terrenos no caso de grandes grupamentos residenciais e comerciais; e
- ✓ gestão da oferta e da demanda por habitação de interesse social segundo a infraestrutura, a existência de equipamentos públicos, mobilidade e acessibilidade, a partir de um diagnóstico conjugando as ações realizadas no território e seus espaços de uso e ocupação.

Política de Saneamento Ambiental e Serviços Públicos

Ação: Plano de Manejo de Águas Pluviais

Contextualização

O Plano de Manejo de Águas Pluviais tem como objetivo o controle das enchentes de modo a proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Município através do ordenamento, manutenção e expansão do sistema de drenagem.

O órgão responsável pelo plano de manejo e gestão do sistema de drenagem é a Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro desde 1998. Anteriormente, cabia ao Departamento Geral de Vias Urbanas a gestão do sistema de drenagem no município.

Compete à Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro, de acordo com as diretrizes da Política de Saneamento Ambiental, “a concepção, de forma integrada e planejada, dos instrumentos de prevenção, minimização e gerenciamento de enchentes; recuperação e valorização do uso adequado de corpos d’água com ações que priorizem o equacionamento de situações que envolvam riscos à vida; controle das inundações na fonte e definição de áreas públicas para reservas fundiárias de controle das inundações; garantia da participação da Prefeitura na arrecadação e utilização dos recursos cobrados pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário; promoção do desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias seguras e ambientalmente adequadas de saneamento ambiental e serviços públicos”.

O Plano de Manejo de Águas Pluviais foi elaborado considerando as especificidades das Bacias Hidrográficas: Baía da Guanabara, de Jacarepaguá e Zona Sul e de Sepetiba.

Sistema de Planejamento

As ações estruturantes relativas à drenagem urbana descritas no Plano Diretor da Cidade abordam, resumidamente: implantação do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais; monitoramento quantitativo e qualitativo dos corpos hídricos; preservação das faixas marginais dos corpos hídricos; o uso e ocupação do solo em áreas de baixadas inundáveis; fomento da adoção de medidas compensatórias em drenagem urbana; dragagem dos corpos hídricos; promoção de ações de educação ambiental e etc.

No Plano Estratégico elaborado para o período de 2013 a 2016, o Controle de Enchentes é a Iniciativa Estratégica na Área de Resultado Meio Ambiente e Sustentabilidade. A iniciativa prevê a implantação de projetos de macrodrenagem nas três Bacias Hidrográficas do Município com o objetivo melhorar o funcionamento do sistema de drenagem, a redução dos pontos de enchentes, o aumento da qualidade do ambiente, ordenamento do uso do solo e desenvolvimento econômico das regiões.

Na Bacia de Jacarepaguá/Oceânica, estão previstas a dragagem e canalização dos rios, com reassentamento de famílias e educação ambiental. Na Bacia da Guanabara, estão previstas a implementação de estruturas convencionais e não convencionais nos cursos d'água com objetivo de requalificação ambiental e do sistema de micro e meso-drenagem. Na Bacia de Sepetiba, o objetivo é a implementação de estruturas convencionais e não convencionais na sub-bacia do rio Cação Vermelho, com foco na requalificação ambiental, ordenamento do uso do solo e implementação do sistema de micro e meso-drenagem.

Para o Plano de Metas de 2014 (Acordo de Resultados) as intervenções propostas no âmbito da drenagem são as relacionadas a seguir:

- ✓ Bacia de Jacarepaguá: implantação do projeto de macrodrenagem de determinados corpos hídricos dentro do Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá;
- ✓ Bacia da Guanabara: implantação de dois dos cinco reservatórios previstos na sub-bacia do Canal do Mangue (RJ4 - Praça Niterói e RM4 - Praça Varnhagen) e o desvio do rio Joana.

Situação Atual

As principais Ações Estruturantes desenvolvidas ao longo de 2014 são:

- ✓ Previsão de conclusão do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais em dezembro de 2014. O plano subsidiará a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico na componente Manejo de Águas Pluviais (art. 226 inciso I);
- ✓ Monitoramento dos corpos hídricos de forma quantitativa, através de dezenove estações de precipitação e nível, e qualitativa, por sete estações de nível e qualidade da água (art 226 inciso II);
- ✓ Manutenção das faixas marginais dos corpos hídricos (art. 226 inciso III);

- ✓ Desobstrução e manutenção das redes de drenagem e as vias de escoamento (art. 226 inciso XV);
- ✓ Dragagem de corpos hídricos (art. 226 inciso XVI);
- ✓ Elaboração de estudos e projetos de micro, meso e macro-drenagem nas Áreas de Planejamento, visando ao ordenamento das águas pluviais e dos corpos hídricos;
- ✓ Implantação de projetos de micro-drenagem em diversas Áreas de Planejamento;
- ✓ Ações diversas como captação de tempo seco de efluentes e implantação de galeria de cintura de águas pluviais visando à melhoria da qualidade das praias de São Conrado e da Bica;

Ações Estruturantes associadas às metas de 2014

1 - Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá (Programa de Controle de Enchentes) (art. 226 inciso XV)

O Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá abrange a requalificação das calhas dos cursos d'água, a desocupação das faixas de proteção dos mesmos e o trabalho social e ambiental desenvolvido junto aos moradores.

Para implantação deste programa, os cursos d'água da Bacia de Jacarepaguá foram divididos em 3 lotes. O lote 1 é composto cursos d'água: São Francisco, Cachoeira, Itanhangá, Amendoeira, Córrego da Panela, Muzema, Retiro, Papagaio, Sangrador, Grande, Pequeno, Tindiba, Pechincha, Banca da Velha e Covanca. O lote 2 é composto pelos rios Areal, Arroio Pavuna, Caçambé, Camorim, Engenho Novo, Guerêngue, Passarinho e Pavuninha. O lote 3 é composto dos cursos d'água: Canal das Piabas, Canal das Taxas, Canal de Sernambetiba, Canal do Cortado, Canal do Urubu, Rio Cascalho, Marinho, Morto, Paineiras, Portão, Sacarrão, Vargem Grande, Bonito, Cabungui, Calemba, Cancela, Portelo, Vargem Pequena.

Os cursos d'água do lote 1 são objetos de intervenções entre os anos de 2011 a 2015, e concomitantemente às obras há o desenvolvimento do trabalho social. No período de março de 2014 a março de 2015, as ações previstas no Acordo de Resultado de 2014 compreendem trechos dos rios Pequeno (80m), Covanca (60m), Pechincha (200m), Tindiba (600m) e Grande (1000m).

2 - Obras para Controle de Enchentes na Bacia do Canal do Mangue (Programa de Controle de Enchentes) (art. 226 inciso XV)

As obras de Controle de Enchentes na Bacia do Canal do Mangue consistem no manejo dos principais cursos d'água desta bacia: Trapicheiros, Joana e Maracanã. O projeto consiste na implantação de cinco reservatórios de retenção (três em áreas públicas e dois em áreas particulares), implantação da calha do rio Trapicheiros em aproximadamente 300 metros no trecho final ao deságue; desvio do rio Joana de forma que o seu deságue seja independente na Baía da Guanabara e implantação de reforço de calha do rio Joana a montante do desvio deste rio. As obras iniciaram-se em 2011 e tem previsão de término no primeiro semestre de 2016. Em dezembro de 2014 foi concluído o reservatório RT1 - Praça da Bandeira. As obras do RJ4 - Praça Niterói e

RM4 - Praça Varnhagen encontram-se em andamento, bem como as referentes ao Desvio do Rio Joana.

3 - Saneando Santa Cruz (Programa de Expansão do Saneamento)

4 - Regulação da Concessão de Esgotamento Sanitário na AP 5 (Programa de Expansão do Saneamento)

Outras ações estruturantes não relacionadas às metas de 2014

- ✓ Controle de Enchentes na Bacia do Rio Acari: As intervenções no trecho de calha do rio Acari entre a Avenida Brasil e a Rua Luís Coutinho Cavalcanti têm previsão de término no segundo semestre de 2014 devido à prorrogação do prazo necessário para remoções e adequações na obra;
- ✓ A manutenção dos cursos d'água permanece em execução com os recursos disponíveis;
- ✓ Obras de Desassoreamento de Calha do Rio Irajá entre as ruas Oliveira Melo e Itabira, no Bairro Irajá: As intervenções propostas incluem o desassoreamento da calha do Rio Irajá e demolição e reconstrução da ponte na Rua Anequirá, que interfere no escoamento das vazões do rio;
- ✓ Obras de Canalização do Deságue na Vala da Avenida Ladário no rio Campinho, no Bairro Cosmos;
- ✓ Obras de Canalização do rio Papagaio entre a Avenida Cesário de Melo e a Linha Férrea, no Bairro Cosmos;
- ✓ Obras para eliminação de pontos de alagamentos nas ruas Hipócrates, Galeno e em seus entornos, no Bairro de Irajá.

Avaliação Crítica

Os pontos positivos da implementação da Política de Saneamento são:

- ✓ Continuidade no monitoramento dos corpos hídricos (quantitativa e qualitativamente);
- ✓ Implantação do projeto de macro-drenagem do Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá nos rios do lote 1, e associada a esta obra o trabalho social e ambiental;
- ✓ Consolidação dos estudos desenvolvidos ao longo do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais e a elaboração do Plano de Saneamento Ambiental na componente Manejo de Águas Pluviais;

Os pontos a melhorar na implementação da Política de Saneamento assim como na sua gestão são:

- ✓ A não ampliação dos serviços de manutenção e fiscalização das faixas dos corpos hídricos por falta de recursos humanos;
- ✓ O escopo limitado das ações referentes à dragagem e manutenção dos corpos hídricos por restrições orçamentárias.

Pontos a desenvolver em 2015

- ✓ Finalização do Plano Municipal de Saneamento na componente Manejo de Águas Pluviais;
- ✓ Ampliação da rede de monitoramento dos corpos hídricos;
- ✓ Desenvolvimento de projetos de educação ambiental;
- ✓ Conclusão das obras de Controle de Enchentes na Bacia do Canal do Mangue.

Ação: Implantação de Equipamentos Públicos

Implantação de Naves do Conhecimento, Fábrica de Escolas, Pro-Infância, Quadra nas Escolas

Andamento

- ✓ **Naves do Conhecimento:** Parte integrante de programa da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia que visa à inclusão digital e capacitação das comunidades contempladas, a Riouribe tem previsão de construir 40 Naves do Conhecimento até 2016. Ao longo de 2014, o processo se encontra ainda sob avaliação do Prefeito, aguardando liberação de recursos.
- ✓ **Fábrica de Escolas do Amanhã:** Contribuindo com a ampliação do ensino em turno integral no Município do Rio de Janeiro, a Prefeitura estabeleceu como meta da Riouribe a construção de 136 novas unidades escolares, incluindo EDIs, Primários e Ginásios, mais a modernização de 77 unidades componentes da atual rede escolar municipal, com prazo de conclusão até 2016. Visando agilizar a execução das obras, o processo licitatório optou por agrupar as novas unidades escolares em lotes de licitação distintos, de acordo com as principais demandas identificadas pela SME. Assim sendo, a Fase 1 do Programa Fábrica de Escolas do Amanhã está organizada em: Lote 1 - região da Maré - prioritária por se tratar de área de Especial Interesse Social; Lote 2 - Jacarepaguá; Lote 3 - Campo Grande e adjacências; e Lote 4 - regiões de Santa Cruz e Guaratiba. Além disso, no decorrer do ano de 2014, a Riouribe estabeleceu novos critérios técnicos e econômicos para a realização das obras,

ocasionando novas e criteriosas vistorias aos terrenos indicados para a implantação das novas unidades escolares e ajustes nos projetos básicos. Atualmente, a empresa supervisiona e elaboração dos projetos executivos e fiscaliza a execução das obras em 109 unidades e aguarda a assinatura de contrato de outras 02 unidades. Em relação à Fase 2 do Programa Fábrica de Escolas, 17 unidades estão em licitação, enquanto as últimas 06 unidades aguardam pela definição dos terrenos para construção.

- ✓ **Construção de EDIs:** A Riourbe tem atuado em duas frentes de ação, de forma a contribuir para a ampliação da rede municipal de atendimento à primeira infância: a primeira, com recursos do Município, concluiu a construção de 04 novas unidades em 2014 e trabalha para a conclusão de outras 03 unidades, com obras em andamento; a segunda, atuando em conjunto com a SME para a captação de recursos federais do sistema MEC/SIMEC - Programa Proinfância, a Riourbe avalia terrenos, elabora projetos básicos para implantação dos EDIs e relaciona a documentação necessária para o cadastramento das unidades indicadas, totalizando 66 unidades cadastradas no Programa Proinfância. Devido à implantação do turno único na rede municipal, a Riourbe substituiu parte da documentação no sistema SIMEC e, atualmente, aguarda pela avaliação do MEC para dar sequência aos demais trâmites legais do processo.
- ✓ **Quadra nas Escolas:** Mais um programa do sistema MEC/SIMEC, que disponibiliza recursos para as prefeituras investirem em equipamentos esportivos nas escolas. A SME e a Riourbe cadastraram, ao todo, 47 escolas para aquisição de coberturas para quadras e outras 70 unidades para construção de quadras cobertas com vestiários. Atualmente, 12 unidades se encontram em processo licitatório. As demais unidades aguardam liberação para readequação dos projetos cadastrados, conforme solicitação da SME.

Providências

- ✓ **Naves do Conhecimento:** Com os recursos liberados, proceder com a elaboração dos editais de licitação. Concluído o processo licitatório, acompanhar o desenvolvimento dos Projetos Executivos e execução das obras pelas empresas vencedoras.
- ✓ **Fábrica de Escolas do Amanhã:** Supervisionar e aprovar os Projetos Executivos desenvolvidos pelas empresas vencedoras do processo licitatório e fiscalizar a execução das obras.
- ✓ **Construção de EDIs:** Dar prosseguimento às obras em andamento.
- ✓ **Quadra nas escolas:** Concluído o processo licitatório, proceder com o desenvolvimento dos Projetos Executivos e com a execução das obras.

Avaliação

As decisões externas à Riourbe configuram um panorama em que os programas executados pela empresa se apresentam em estágios diferentes de evolução.

Clínica da Família

Andamento: Para o desenvolvimento dos projetos para estes equipamentos, a Riourbe trabalha com densidades de população em âmbito regional, definidas pela SMS, a qual também determina os terrenos para implantação das mesmas. Em 2014, a Riourbe retomou as obras de 10 unidades deste equipamento. Das metas deste programa com prazo de conclusão previsto para 2016, atualmente transcorrem os processos licitatórios para a construção de 52 novas Clínicas da Família na cidade do Rio de Janeiro.

Providências: Com a conclusão do processo licitatório, supervisionar e fiscalizar o desenvolvimento dos Projetos Executivos e execução das obras pelas empresas vencedoras das licitações.

Avaliação: A familiaridade da Riourbe com o programa de Clínicas da Família, alcançada com a grande quantidade de unidades executadas nos últimos anos, proporciona desenvoltura satisfatória em todas as fases de trabalho, do desenvolvimento dos projetos básicos à execução das obras.

Espaço de Cidadania Carioca (ECC)

Andamento: Com programa definido pelo Governo Federal, a SMDS se mobiliza para implantar na cidade do Rio de Janeiro os Espaços de Cidadania Carioca (ECC), prestando à população carioca serviços no setor de assistência social em diversos níveis. Para abranger a todo o território municipal, foi estabelecido um quantitativo de 11 unidades de atendimento. No presente, a Riourbe desenvolve projetos básicos para a implantação de 02 ECCs, enquanto as demais unidades aguardam a definição da SMDS quanto à definição das demais áreas para implantação destes equipamentos.

Providências: Com a definição dos terrenos, elaborar todos os projetos básicos dos ECCs, além da composição orçamentária. Com a aprovação da SMDS, proceder com a elaboração dos editais de licitação.

Avaliação: Devido ao estágio inicial deste programa, ainda não é possível realizar uma avaliação aprofundada de seu desenvolvimento. Sobre os trabalhos em curso na Riourbe, pode-se afirmar que a equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos básicos tem bastante experiência em programas de arquitetura de naturezas diversas.

Política de Controle de Uso e Ocupação do Solo

Ação: Gestão de Áreas de Risco

Contextualização

No período 2014-2015, uma das principais ações em relação à Proteção e Gestão de Áreas de Risco consistiu na continuidade do Plano Municipal de Gestão de Risco do Município do Rio de Janeiro (PMGR), iniciado em 2010, pela Fundação GEO-RIO.

O Plano, pioneiro no Brasil, consiste no desenvolvimento de cinco etapas básicas, encadeadas e interdependentes entre si, que visam à eliminação das áreas de alto risco associado a escorregamentos (solo e rocha) nos trechos de encostas ocupados por comunidades não estruturadas (favelas).

As cinco etapas do Plano são: o **Conhecimento** do problema (basicamente mapeamentos de risco); a implementação de medidas de **Prevenção** (implantação e melhorias dos sistemas de alerta e alarme); a realização de **Diagnóstico** pormenorizado para cada área (projetos e orçamentos); as ações de **Intervenção** (captação de recursos, contratação e execução das intervenções), propriamente ditas, para a eliminação do alto risco e a inicialização de programa de **Monitoramento** (visitas e avaliações regulares) das áreas contempladas e das obras de estabilização executadas.

No período 2014-2015, o PMGR encontra-se, mais ativamente, na etapa de **Intervenção**, tendo sido executadas obras de estabilização de encostas e reassentamentos de moradias (integração SMH/GEO-RIO) existentes em áreas de alto risco. Em relação às obras de estabilização de encostas os locais com especial destaque foram as favelas da Rocinha, do Parque João Paulo II (Grajaú), do Chapéu

Mangueira (Leme), da Júlio Otoni (Laranjeiras), do Vidigal e do Morro São João (Engenho Novo). Em relação aos reassentamentos, propriamente ditos, tiveram maior ênfase as áreas relativas às favelas do Parque Vila Isabel (Vila Isabel), da Nossa Senhora da Guia (Lins), dos Morros do Barão e São José Operário (Praça Seca), do Parque Proletário Grotão da Penha (Penha), dos Morros São João e Bananal (Tijuca), Caixa d'Água, Caracol, Morro da fé, Morro da Paz, Morro do Sereno (Penha), dos Morros do Alemão e Relício (Alemão), dos Morros dos Mineiros (Tomás Coelho) e Matinha (Rio Comprido).

As atividades de Prevenção (Sistema Alerta Rio e Sistema de Alarme Sonoro) continuam a ser desenvolvidas (operadas e mantidas) e atualizadas (tecnologicamente) através de contratos específicos da Fundação GEO-RIO.

Nesse contexto, as ações da Defesa Civil em relação à Proteção e Gestão de Áreas de Risco encaixam-se tanto nas Políticas de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, quanto na Política de Saneamento Ambiental e Serviços Públicos do Plano Diretor. Realiza atendimento a mais de 22.000 solicitações para avaliação de riscos pelos contribuintes ou por outros órgãos públicos, se faz presente no atendimento a vítimas de desastres ocorridos na cidade até que seja retomada a normalidade, desenvolve programas preventivos e de preparação das populações para enfrentar os desastres, além de promover cursos de educação ambiental e demais assuntos inerentes à defesa civil.

Em consonância com a Política de Meio Ambiente, Art.177 - Inciso IV do Plano Diretor, que prevê ações preventivas para os desastres naturais futuros que tendem a ser de maior magnitude, foi implementado Sistema de Defesa da Cidade, instituído no Plano Diretor, Capítulo V, Art. 317 a 321.

Inaugurado em 31 de dezembro de 2010, na Cidade Nova, o Centro de Operações Rio, integra 30 órgãos que monitoram em tempo integral o dia a dia da cidade. Todas as etapas de um gerenciamento de crise acontecem e se integram no CO Rio, antecipando e preparando a cidade para as ocorrências e dando resposta imediata às mesmas, como chuvas fortes, deslizamentos e até acidentes de trânsito. Além das informações em tempo real das concessionárias e órgãos públicos, o CO Rio visualiza na Sala de Controle em um telão de 80 metros quadrados, 560 câmeras instaladas por toda a cidade. Na Sala de Crise, equipada tela de videoconferência, é possível se comunicar com a residência oficial do prefeito, na Gávea Pequena, e com a sede da Defesa Civil. O processo permite aproximar todos os órgãos envolvidos no Sistema de Defesa da Cidade e atuar em tempo real na tomada de decisões e solução dos problemas gerados por desastres de todas as naturezas.

A instalação de um novo radar meteorológico com alcance de 250 Km tornou as informações meteorológicas mais precisas e aumentou a área de cobertura, aumentando a confiabilidade e eficiência do Sistema Alerta Rio.

Em 2010, para a criação do Plano de Emergências da Cidade do Rio de Janeiro foi elaborado um mapa de suscetibilidade a escorregamentos baseado nas ocorrências anteriores e nas características geológico-geotécnicas, geomorfológicas, declividade e uso do solo, gerando um mapa de risco que abrange o maciço da Tijuca e adjacências. Foram detectadas cerca de 21.000 moradias em áreas de risco nessa região, sendo que cerca de 3.000 receberam obras de contenção ou as famílias foram reassentadas. Nos locais onde ainda se encontram cerca de 18.000 moradias em áreas de risco, compreendendo 103 comunidades da cidade, foram instaladas sirenes, que são acionadas em chuvas fortes.

O Sistema de Alerta e Alarme consiste no treinamento dos agentes que, no estágio de atenção, são informados por SMS e devem divulgar a informação nas comunidades. No

estágio de alerta, as sirenes são acionadas e as populações, previamente treinadas, deixam os locais de risco e se dirigem para locais seguros previamente determinados.

As atividades desenvolvidas em 2014 envolveram a instalação de sirenes nas comunidades, treinamento das comunidades, com simulação de eventos.

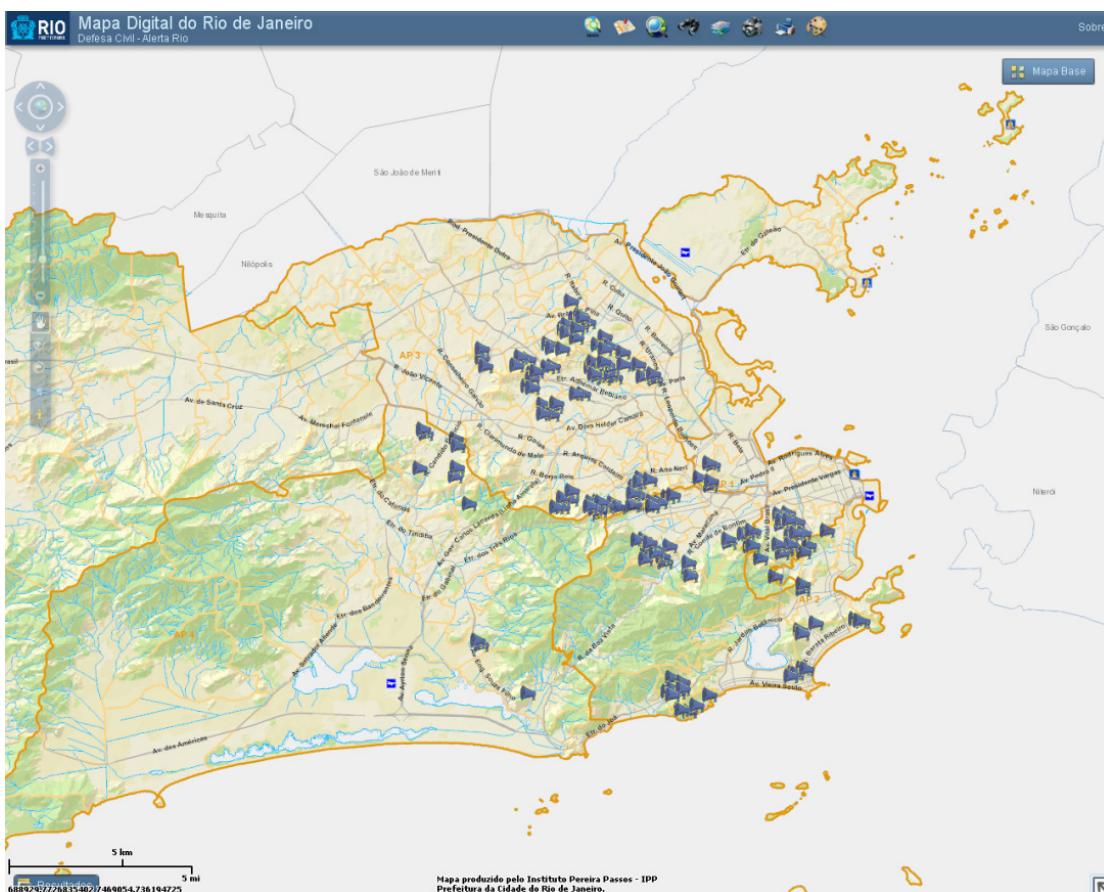


Fig. 24 - Mapa com a Localização das Sirenes na Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config/defesacivil/alertario.xml

Tabela 10 - Locais das sirenes já instaladas:

SIRENE	LOCAL	SIRENE	LOCAL
1	ADEUS	53	NOVA DIVINÉIA
2	ALEMÃO	54	OCIDENTAL FALLET
3	ANDARAÍ	55	OURO PRETO
4	ARRELIA	56	PALMEIRAS
5	AZEVEDO LIMA	57	PANTANAL
6	BABILÔNIA	58	PARQUE ALVORADA
7	BACIA	59	PARQUE CANDELÁRIA
8	BAIANA	60	PARQUE JOÃO PAULO II / JK
9	BARÃO	61	PARQUE NOVA MARACÁ
10	BARRO PRETO	62	PARQUE PROLETÁRIO DO GROTÃO
11	BARRO VERMELHO	63	PARQUE SILVA VALE
12	BISPO	64	PARQUE VILA ISABEL
13	BOREL	65	PAVÃO / PAVÃOZINHO
14	CABRITOS	66	PIANCÓ
15	CACHOEIRA GRANDE	67	PRAZERES
16	CACHOEIRINHA	68	PRETOS FORROS
17	CAIXA D'ÁGUA	69	QUETO
18	CANTAGALO	70	RATO
19	CARACOL	71	RELICÁRIO
20	CARIRI (MERINDIBA)	72	RIO DAS PEDRAS
21	CATUMBI (MINEIRA)	73	ROCINHA
22	CHÁCARA DO CÉU	74	RUA BRÍCIO DE MORAES
23	CHACRINHA	75	RUA FREI GASPAR
24	CHAPÉU MANGUEIRA	76	RUA LAUDELINO FREIRE
25	COMANDANTE LUIS SOUTO	77	RUA MIRA
26	COTIA	78	RUA QUIRIRIM
27	DONA FRANCISCA	79	SALGUEIRO
28	ENCONTRO	80	SANTA ALEXANDRINA/PAULA RAMOS
29	ENGENHO DA RAINHA	81	SANTA MARTA
30	ESCONDIDINHO	82	SANTA TEREZINHA
31	ESPÍRITO SANTO	83	SANTOS RODRIGUES (QUEROSENE)
32	FAZENDA CATETE	84	SÃO CARLOS
33	FORMIGA	85	SÃO JOÃO
34	GUAIÁBA	86	SÃO MIGUEL ARCANJO
35	GUARARAPES	87	SAPÉ
36	INÁCIO DIAS	88	SERENO
37	JAMELÃO	89	SITIO PAI JOÃO
38	JARDIM DO CARMO	90	SUMARE
39	JOAQUIM DE QUEIROZ	91	TELÉGRAFOS
40	JÚLIO OTONI	92	TRAVESSA ANTONINA
41	JURAMENTO	93	TUIUTI
42	LADEIRA DOS TABAJARAS	94	UNIDOS SANTA TEREZA
43	LIBERDADE	95	URUBU
44	MACACOS	96	VIDIGAL
45	MANGUEIRA	97	VILA CABUÇU
46	MATINHA	98	VILA CRUZEIRO
47	MATRIZ	99	VILA ELZA
48	MINEIROS	100	VILA JOSÉ DE ANCHIETA
49	MORRO DA FÉ	101	VILA MATINHA
50	MORRO DO CÉU	102	VILA PEQUIRI
51	N. S. GUIA	103	VILA PEREIRA DA SILVA
52	NOVA BRASILIA		

Treinamentos Simulados Realizados em 2014

Em 2014 foram realizados 10 treinamentos simulados, conforme abaixo:

- ✓ Dia 25 de abril de 2014 - Salgueiro;
- ✓ Dia 03 de agosto de 2014 - Catumbi (Mineira);
- ✓ Dia 30 de agosto de 2014 - Chácara do Céu, Santa Marta e Vidigal;
- ✓ Dia 29 de novembro de 2014 - Arrelia, Andaraí, Jamelão, Urubu e Mineiros.

Acionamentos de Sirenes em 2014

Em 2014 houve, até a presente data, 27 acionamentos de sirenes na cidade, conforme abaixo:

Dia 16 de janeiro de 2014 - ALEMÃO, BARÃO, BARRO PRETO, CACHOEIRA GRANDE, CACHOEIRINHA, COTIA, DONA FRANCISCA, ENGENHO DA RAINHA, ESPÍRITO SANTO, JARDIM DO CARMO, JOAQUIM DE QUEIROZ, JURAMENTO, MORRO DO CÉU, N. S. GUIA, PARQUE NOVA MARACÁ, PARQUE SILVA VALE, PRETOS FORROS, ROCINHA, RUA BRÍCIO DE MORAES, RUA QUIRIRIM, SANTA TEREZINHA, SÃO MIGUEL ARCANJO, TRAVESSA ANTONINA, URUBU, VIDIGAL, VILA CABUÇU, VILA JOSÉ DE ANCHIETA.

Em 2013 houve 94 acionamentos ao longo do ano. Cabe aqui uma comparação entre os acionamentos de 2014 e de 2013: o ano de 2014 foi, até a presente data, um ano seco. Conforme se pode ver abaixo, a média de chuva do ano de 2014 até o mês de setembro é de 644,4mm, alcançando apenas 71% da média histórica dos últimos 17 anos. Já no ano de 2013, a média de chuva até o mesmo mês de setembro foi de 1.111,4mm, ultrapassando em 22% a média histórica dos últimos 17 anos (a base de dados pluviométricos da cidade do Rio de Janeiro iniciou-se em 1997). Abaixo segue uma planilha comparativa:

Tabela 11 - Média de chuvas

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total do Ano	Total até SET
Média Mensal Histórica (1997 - 2013)	193,7	95,9	147,9	116,1	92,4	59,2	76,4	43,4	87,6	110,0	133,9	169,8	1.326,1	912,4
Média Mensal 2013	349,3	93,6	220,1	89,9	104,9	48,9	112,9	18,8	73,0	73,4	143,0	206,7	1.534,5	1.111,4
Média Mensal 2014	65,1	39,6	107,9	123,0	56,0	68,0	107,7	45,0	32,1				644,4	644,4

Previsão de Ações Para 2015

Para o ano de 2015, está prevista para as comunidades que possuem o Sistema de Alerta e Alarme instalado, a continuidade na realização de treinamentos que englobam não apenas a desocupação em si, mas as etapas de divulgação e de mobilização de integrantes do Sistema de Defesa Civil (servidores da SUBDEC, servidores de outros órgãos e voluntários).

Política De Meio Ambiente, Art.189 - Inciso Iii Do Plano Diretor

De acordo com a Política de Meio Ambiente, Art.189 - Inciso III do Plano Diretor, a SUBDEC tem um programa de treinamentos que atende pessoas ligadas às comunidades formando agentes comunitários para atuar nas áreas de meio ambiente e para orientar as ações de evacuação das áreas de risco. A seguir, um breve relatório dos projetos em andamento.

O CETREM, Centro de Treinamento para Emergências, desenvolve vários projetos de treinamentos, entre eles, alguns voltados para a área do Meio Ambiente. Segue um breve resumo dos projetos e do que foi desenvolvido em 2014:

O Projeto Construindo a Cidadania nas Escolas é realizado com alunos da rede municipal, em diversos locais como Planetário na Gávea, Forte de Copacabana, Arenas Cariocas, onde os participantes recebem palestra sobre Cidadania, Meio Ambiente e Defesa Civil, além de uma palestra motivacional de algum atleta. O evento se encerra com alguma atividade musical. Em 2014 foram atendidos 1560 alunos.

O Projeto Defesa Civil nas Escolas é realizado em 35 escolas municipais com alunos do 5º ano fundamental de 77 turmas.

Os assuntos ministrados são:

- 1 - Noções de Defesa Civil e Prevenção de Acidentes;
- 2 - Educação Ambiental e Desastres Naturais com Foco na Cidade;
- 3 - Noções de Primeiros Socorros e Cuidados Iniciais em Situação de Urgência;
- 4 - Chuvas e Suas Consequências na Cidade do Rio de Janeiro, Simulado de Desocupação e Atividades Lúdicas Complementares.

Cada módulo é realizado em 01 bimestre. Em 2014 foram atendidos 2406 alunos.

O Projeto Pluviômetro nas Comunidades teve a finalidade de, após a instalação do pluviômetro semiautomático, capacitar os moradores das áreas contempladas para a leitura dos dados de forma que os mesmos tenham maior conscientização quanto à prevenção de desastres. Em 2014 foram treinadas 44 pessoas para a leitura dos pluviômetros.

Os NUDEC's, Núcleos de Defesa Civil, são postos avançados onde agentes das próprias comunidades atuam como voluntários no trabalho da Defesa Civil. Estes agentes recebem treinamentos de Noções de Defesa Civil e Percepção de Risco, Noções de Primeiros Socorros e Noções de Prevenção e Combate a Incêndios. Estes treinamentos

incluem radioamadores e jipeiros, que podem atuar caso sejam solicitados em casos de emergência. Em 2014 foram treinadas 826 pessoas.

Previsão de Ações Para 2015

O Projeto Construindo a Cidadania nas Escolas terá continuidade em 2015 com a expectativa de 02 eventos mensais.

Para o Projeto Defesa Civil nas Escolas no ano de 2015 há a expectativa de ampliação do número de turmas e/ou escolas.

No Projeto Pluviômetro nas Comunidades, a princípio, não será necessário aumentar o número de pessoas capacitadas em 2015.

Para os NUDEC's em 2015 há previsão de expansão dos treinamentos para as novas clínicas a serem implementadas para formação de ACS's (Agentes Comunitários de Saúde) além da criação de mais núcleos em outras Comunidades como São Carlos e Vila Kosmos.

Política De Patrimônio Cultural, Art.198 - Inciso II E Art.199 - Inciso I Do Plano Diretor

Em alinhamento com a Política de Patrimônio Cultural, Art.198 - Inciso II e Art.199 - Inciso I do Plano Diretor, a SUBDEC criou em 2006 o PRI, Programa de Recuperação de Imóveis.

O Programa de Recuperação de Imóveis nasceu como fruto da necessidade de efetivamente eliminar riscos e de preservar o patrimônio histórico de um sítio arqueológico importante na história da cidade do Rio de Janeiro. Apesar do PRI ter sido iniciado sem recursos, tem atingido objetivos e vem se consolidando como um trabalho consistente. Sua última fase que previa a revitalização da área central decadente foi efetivamente levada adiante por outros órgãos como previsto no planejamento inicial. Com isso fechou-se um ciclo que mostra a viabilidade e o sucesso de um planejamento que deixa um legado para a cidade e principalmente que livra a população de riscos. Atualmente pode-se afirmar que as áreas onde o PRI teve início estão livres daqueles riscos que eram visíveis e classificados como inaceitáveis.

Num primeiro momento o PRI foi concebido e posto em prática com o objetivo de preservar vidas, patrimônio e recuperar imóveis tombados, preservados e tutelados, pois verificou-se que muitos deles, principalmente no centro da cidade do Rio de Janeiro, estavam abandonados, mal conservados e alguns já em ruínas. A continuidade do abandono levaria a uma perda irreparável do patrimônio histórico, pois em poucos anos já não restariam nem as ruínas. Além disso, muitos dos imóveis mal conservados apresentam algum tipo de risco para a população que só tende a se agravar com o tempo, caso não haja uma intervenção para no mínimo estabilizar esses imóveis. Na realidade, o que sinalizou para essa condição que poderia se tornar um desastre no futuro, foi o fato de um grupo de engenheiros da SUBDEC, já terem desenvolvido no passado um trabalho pioneiro que consistiu em reunir informações de alguns imóveis históricos do Centro da Cidade do Rio de Janeiro para tentar de alguma forma encontrar uma solução para sua recuperação.

A alta incidência de imóveis preservados em estado de abandono ou em estado de ruína se deve ao fato de que esses imóveis demandam recursos para sua recuperação e manutenção, cujas obras devem ser executadas seguindo orientações técnicas dos

órgãos que têm a tutela do bem tombado e/ou preservado. Muitos proprietários não têm condições econômicas ou interesse em mantê-los.

A decadência socioeconômica de algumas regiões, notadamente daquelas mais antigas, levou a um ciclo de abandono, transformando essas regiões em verdadeiros bolsões de imóveis abandonados, invadidos e em parte utilizados para instalar atividades ilícitas. Em sua grande maioria esses imóveis carecem de manutenção, estão descaracterizados ou já sofreram sinistros parciais como incêndios e desabamentos. Muitos têm dívidas fiscais que superam seu valor de mercado, razão essa que contribui para o abandono.

Tal situação tem consequências econômicas para a cidade e gera riscos inaceitáveis para a população. De nada adianta fazer intervenções emergenciais se não houver uma posterior medida definitiva que vise a total estabilização e manutenção contínua dos imóveis. Como exemplos típicos dessa dificuldade, podem ser citados alguns imóveis seculares de conhecido valor histórico, que há mais de 15 anos vêm sofrendo intervenções emergenciais e aos poucos vão sendo consumidos pelo fato de não existir, após a medida que elimina o risco iminente, restauração e continuidade na sua manutenção. Assim, o risco é temporariamente eliminado, mas a continuidade do abandono logo gera novas ameaças que se transformam em novos riscos, demandando novas e repetidas intervenções. Tal processo acaba levando estes imóveis à ruína completa, seja por sucessivas demolições, seja pela própria deterioração.

Além disso, nos últimos anos, desabamentos, desplacamento de revestimentos de fachadas, quedas de marquises e de outros elementos arquitetônicos e outras ocorrências têm gerado vítimas, o que sinaliza claramente para um quadro de risco que tende a se agravar, levando mais insegurança à população. O processo gera perdas inaceitáveis de vidas humanas e grande prejuízo para a cidade como um todo.

Esta situação deu ensejo à implantação do Programa de Recuperação de Imóveis - PRI, que visa estudar soluções definitivas para eliminar situações de risco em imóveis urbanos e possibilitar mecanismos de atuação emergenciais mais ágeis e eficazes. Muitos desses imóveis podem vir a gerar riqueza para o município, seja pelo uso comercial, seja pelo fato de se tornarem atrativos para o turismo, ou ainda reduzindo o déficit habitacional.

O PRI tem os seguintes objetivos:

- ✓ Reduzir o nível de risco para a população, decorrente da má conservação das edificações;
- ✓ Preservar o patrimônio histórico da cidade do Rio de Janeiro;
- ✓ Identificar meios e incentivos que viabilizem a manutenção de imóveis antigos ou tombados;
- ✓ Revitalizar áreas degradadas;
- ✓ Resgatar a memória histórica da cidade do Rio de Janeiro.

O PRI foi dividido em fases conforme descrito a seguir:

Primeira fase:

Identificação das áreas, logradouros e imóveis a serem incluídos no PRI.

A área urbana do município do Rio de Janeiro é extensa e existem algumas regiões em estado adiantado de degradação. Por outro lado, existem bairros com grande concentração de imóveis históricos. A primeira fase do projeto tem por objetivo estabelecer as prioridades de ação do grupo envolvido no Programa de Recuperação de Imóveis.

Segunda fase:

Trabalho de campo. O trabalho de campo consiste de vistorias e documentação do atual estado de estabilidade e conservação dos imóveis. Para tal é necessário percorrer todos os logradouros incluídos no programa e selecionar aqueles que apresentam algum tipo de risco ou têm valor histórico.

As vistorias seguem a seguinte metodologia:

- ✓ As inspeções são visuais e procuram identificar sintomas típicos de deterioração na fachada e em elementos externos da construção;
- ✓ Quando são detectados sintomas mais graves, os imóveis são vistoriados internamente para avaliar a estabilidade geral;
- ✓ Caso seja necessário, o imóvel é vistoriado por um especialista em estruturas, para identificar ações emergenciais no sentido de eliminar risco todas as fachadas com algum tipo de risco são fotografadas;
- ✓ As vistorias geram Boletins de Ocorrência que qualificam os riscos, identificam ações e acionamentos de outros órgãos no sentido de compelir os proprietários a eliminar riscos e assumirem a manutenção dos imóveis;

Quando são identificados riscos inaceitáveis, os imóveis sofrem ações imediatas que visam eliminar o risco.

Terceira fase: Eliminação do risco.

Todos os imóveis que demandam intervenções, cujos proprietários não respondam às intimações dentro dos prazos estipulados, geram acionamentos e ações emergenciais que envolvem outros órgãos do sistema. A eliminação ou minimização do risco é feita de forma pontual, através de pequenas intervenções, limitadas a escoramentos, demolições, remoção de material instável, colocação de tapumes, apara-lixos, entelamentos ou mesmo obstrução física com fechamento de vãos e acessos com alvenaria. Todos esses serviços têm o custo apontado, sofrem um acréscimo de multa e são cobrados dos proprietários, conforme legislação vigente. Além disso podem ser acionados outros órgãos fiscalizadores tais como U/GLF, U/GVE, IRLFs, IRPH, IPHAN, INEPAC, SMAS, COMLURB, SC/COE, GEM-RIOLUZ, CBMERJ para que intervenham na sua esfera de atuação no sentido de compelir os proprietários a sanar irregularidades.

Quarta fase: Coleta de informações sobre o imóvel.

Os imóveis abandonados, descaracterizados, ou mesmo aqueles cujos proprietários não respondem a intimações, são objeto de levantamento de informações detalhadas de forma a embasar medidas judiciais que podem ser:

- ✓ ação executiva de cobrança de dívida ativa e débitos fiscais;
- ✓ negligência e ação criminal por abandono de patrimônio histórico.

Cada imóvel gera um dossiê, que é encaminhado aos órgãos competentes com vistas à eliminação dos riscos e sua efetiva recuperação. No dossiê devem constar as seguintes informações:

A - Cadastro do imóvel:

- ✓ Endereço;
- ✓ Matrícula no RGI;
- ✓ Nome do proprietário;
- ✓ CNPJ;
- ✓ Número de inscrição no cadastro do IPTU;
- ✓ Nome do responsável;
- ✓ Telefone do responsável.

B - Descrição do imóvel:

Neste item o imóvel é descrito de forma resumida quanto às características construtivas, tipo de uso e estado geral de conservação. A descrição contém no mínimo as seguintes informações:

- ✓ Tipo de ocupação: residencial, comercial, mista, industrial, invadido;
- ✓ Número de pavimentos: número total de pavimentos;
- ✓ Tipo de estrutura: autoportante ou estruturada, concreto armado, aço, madeira, pedra argamassada, alvenaria, outros (descrever);
- ✓ Existência de afastamentos e recuos;
- ✓ Existência de marquise e suas características;
- ✓ Descrição detalhada do estado de conservação do imóvel;
- ✓ Avaliação de risco;
- ✓ Acionamentos.

C - Relatório fotográfico.

O relatório fotográfico tem o objetivo de documentar as características do imóvel, seu estado de conservação, interdições realizadas e/ou outras medidas adotadas. Sempre que possível é tirada uma foto frontal e outras dos diversos detalhes a documentar.

D - Histórico de açãoamentos anteriores, eventuais ações ou outras medidas administrativas.

O objetivo desse histórico é reunir todas as informações pertinentes ao imóvel. São informações relevantes:

- ✓ Boletins de ocorrências anteriores;
- ✓ Interdições anteriores;
- ✓ Autos de infração;
- ✓ Outros processos tramitando na PCRJ;
- ✓ Intimações de outros órgãos da PCRJ;
- ✓ Certidão de situação fiscal e enfitéutica do imóvel (dívida ativa);
- ✓ Ações executivas em curso;
- ✓ Ações judiciais em curso;
- ✓ Certidão do RGI.

E - Parecer do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH

No caso de imóvel preservado, tombado, situado em áreas de preservação ou com características arquitetônicas especiais, o IRPH será acionado para fornecer um parecer.

Quinta fase: Viabilização do PRI - Identificação de mecanismos de incentivo

O PRI - Programa de Recuperação de Imóveis, que tem como objetivo básico a redução do nível de risco para a população, decorrente da má conservação das edificações, e consequentemente a reabilitação e valorização do patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico. Assim, a criação de uma Equipe Macrofuncional com os representantes de diversos órgãos públicos municipais, objetivando a implementação de ações de gestão do espaço urbano, em especial dos imóveis em estado de abandono ou em processo de ruína se faz necessária. Essa Equipe Macrofuncional deverá ter como objetivo dar agilidade e efetividade às ações. Existe uma série de medidas fundamentais do programa que dependem da atuação de outros órgãos. Muitas vezes já existem processos em estágio avançado que precisam apenas ser resgatados, diminuindo assim etapas e encurtando prazos.

A APAC da Cruz Vermelha e o Núcleo Histórico da Lapa já foram totalmente vistoriados. Atualmente, está em andamento o programa de vistorias na APAC SAGAS e no Corredor Cultural. A SUBDEC mantém o cadastro de todos os imóveis vistoriados até hoje com fotos e planilhas de vistoria, além dos boletins de ocorrência que tiverem sido gerados nos casos de risco verificado.

As atividades desenvolvidas em 2014 em relação às APACs envolveram:

APAC SAGAS

Vistoria nos 12 logradouros listados abaixo:

- ✓ Largo de Santa Rita
- ✓ Rua Teófilo Otoni
- ✓ Praça Pio X (parte)
- ✓ Rua Uruguaiana (parte)
- ✓ Avenida Marechal Floriano
- ✓ Rua Visconde de Inhauma
- ✓ Rua da Quitanda (parte)
- ✓ Rua Candelária (parte)
- ✓ Beco do Bragança
- ✓ Ladeira Felipe Nery
- ✓ Praça Coronel Assunção

Após as vistorias do ano de 2014, o quadro geral de vistorias da APAC SAGAS aponta para uma média de 44% dos imóveis com ocorrências na APAC, como pode ser visto adiante:

A seguir, mostramos o gráfico da distribuição normal dos percentuais de ocorrências nos logradouros vistoriados até hoje na APAC SAGAS:

Em todos os logradouros foram encontrados imóveis com algum tipo de ocorrência de risco, mas tendo em vista a média da APAC SAGAS de 44% (linha azul do gráfico), consideramos que os imóveis com percentuais de ocorrências contidos na área 3 do gráfico (células em vermelho na planilha) e na área 2 do gráfico (células em azul na planilha), devem ser priorizados nas ações do poder público municipal. As áreas 1 e 1' do gráfico dizem respeito aos percentuais de ocorrências menores que a média da APAC SAGAS (desvios negativos) e menores que as médias históricas da área central da cidade.

Segue a lista dos logradouros vistoriados até o presente momento, em ordem de prioridade para ações do poder público municipal:

1 - Logradouros Críticos (desvios positivos maiores que o desvio padrão) - área 3 no gráfico:

- 01 - Rua São Francisco da Prainha
- 02 - Largo São Francisco da Prainha
- 03 - Rua Antonio Laje
- 04 - Rua do Livramento
- 05 - Av. Rodrigues Alves
- 06 - Rua Silvino Montenegro
- 07 - Rua Camerino
- 08 - Rua Visconde da Gávea

2 - Logradouros Acima da Média de Ocorrências (desvios positivos menores ou iguais ao desvio padrão) - área 2 no gráfico:

- 09 - Rua Mayrink Veiga
- 10 - Rua Julia Lopes de Almeida
- 11 - Rua Bento Ribeiro
- 12 - Rua Senador Pompeu
- 13 - Rua da Gamboa
- 14 - Av. Venezuela
- 15 - Rua Sacadura Cabral
- 16 - Beco do Bragança
- 17 - Rua João Álvares
- 18 - Rua Joaquim Espesel
- 19 - Praça Mauá
- 20 - Rua da Quitanda
- 21 - Rua Rivadávia Corrêa
- 22 - Rua Leandro Martins
- 23 - Rua Acre
- 24 - Rua Alcântara Machado
- 25 - Rua da Conceição
- 26 - Rua Pedro Ernesto
- 27 - Rua Miguel Couto
- 28 - Rua Uruguaiana

3 - Logradouros Abaixo da Média de Ocorrências (desvios negativos) - áreas 1 e 1' no gráfico:

- 29 - Ladeira Felippe Nery
- 30 - Rua do Propósito
- 31 - Rua Visconde de Inhaúma
- 32 - Rua Beneditinos
- 33 - Rua dos Andradas
- 34 - Rua Marcílio Dias
- 35 - Rua Teófilo Otoni
- 36 - Av. Barão de Tefé
- 37 - Rua Costa Ferreira
- 38 - Av. Marechal Floriano
- 39 - Rua Barão de São Félix
- 40 - Rua Alexandre Mackenzie
- 41 - Rua Conselheiro Zacarias
- 42 - Rua Leônicio de Albuquerque
- 43 - Praça Pio X
- 44 - Largo de Santa Rita
- 45 - Adro de São Francisco
- 46 - Rua Souza e Silva
- 47 - Rua Candelária
- 48 - Ladeira Morro da Saúde
- 49 - Rua Coelho e Castro
- 50 - Praça Coronel Assunção

No próximo ano o programa de vistorias do PRI para a APAC SAGAS continuará nos logradouros que ainda não foram vistoriados, abrangendo a Av. Rio Branco (trecho entre a Praça Mauá e a Av. Presidente Vargas) e ruas próximas ao Mosteiro de São Bento e ao 1º Distrito Naval. Após a conclusão da APAC, serão revistoriados todos os imóveis a fim de ser estabelecida uma comparação entre as situações antes e depois da passagem do PRI pela APAC.

A planta da APAC SAGAS mostra a situação atual. Em vermelho estão representados os imóveis com algum tipo de ocorrência e em azul aqueles sem ocorrência:

Corredor Cultural

Em 2014 foram vistoriados os 2 logradouros abaixo:

- ✓ Rua da Alfândega
- ✓ Rua Buenos Aires

Após as vistorias do ano de 2014, foram vistoriados 358 imóveis no Corredor Cultural e os números apontam para uma média de 21% dos imóveis com ocorrências. No próximo ano o programa de vistorias do PRI para o Corredor Cultural continuará nos logradouros que ainda não foram vistoriados e após a conclusão de todos os logradouros, serão

revistoriados todos os imóveis a fim de ser estabelecida uma comparação entre as situações antes e depois da passagem do PRI. Em virtude do pequeno número de logradouros vistoriados até o momento devido ao programa ter se iniciado há pouco tempo no Corredor Cultural, ainda não há uma planta com a representação da situação atual.

Imóveis Crônicos

Os imóveis crônicos são 66 imóveis em péssimo estado de conservação e/ou em ruínas que vem sendo monitorados pelo PRI - Programa de Recuperação de Imóveis. Estes imóveis foram selecionados a partir do universo de aproximadamente 4.200 vistorias realizadas pelos programas preventivos em andamento na SUBDEC nas APAC's Cruz Vermelha, SAGAS, no Núcleo Histórico da Lapa, no Corredor Cultural, de demandas do Ministério Público Estadual e de ações da própria SUBDEC.

Para cada imóvel está sendo providenciado um relatório conclusivo. O objetivo deste relatório é reunir todas as informações possíveis pertinentes ao imóvel, quais sejam:

- ✓ Boletins de ocorrência anteriores;
- ✓ Interdições anteriores;
- ✓ Autos de infração;
- ✓ Reunião de todos os processos tramitados na PCRJ sobre o imóvel;
- ✓ Intimações de outros órgãos da PCRJ;
- ✓ Certidão de Situação Fiscal e Enfitéutica do Imóvel;
- ✓ Ações executivas em curso;
- ✓ Ações judiciais em curso;
- ✓ Certidão de Ônus Reais do RGI.

Com base nessas informações, o PRI terá melhores condições para avaliar os procedimentos que deverá ter, objetivando a efetiva recuperação dos imóveis, propondo medidas eficazes e direcionando as ações de outros órgãos públicos.

Com base nas vistorias realizadas em 2014, constatou-se que 40 dos 66 imóveis crônicos, ou seja, 61% dos imóveis que foram monitorados desde o início do programa, já tiveram seus riscos eliminados, tendo sido recuperados ou escorados. Todos os imóveis crônicos que ainda não foram reintegrados à cidade são vistoriados periodicamente até que sejam completamente recuperados.



Índice de Figuras e Tabelas

Fig. 1 - Instrumentos e suas escalas.....	11
Fig. 2 - Janelas de oportunidades	11
Tabela 1 - Ação Analisadas	12
Tabela 2 - Quadro: Metas anuais a serem alcançadas até 2016 (*)	16
Tabela 3 - Projetos em implantação por Área de Planejamento - Janeiro a setembro de 2014	17
Tabela 4 - Quadro: Área Implantada por Modalidade de Reflorestamento (ha) - Janeiro a setembro de 2014 (*).....	18
Tabela 5 - Quadro: Área Mantida por Modalidade de Reflorestamento (ha) Janeiro a setembro de 2014 (*).....	18
Fig. 3 - Mapa do Sistema de Transportes com as ligações estruturais dos BRTs.	28
Tabela 6 - Passageiros Transportados por Dia pelos	31
Fig. 4 - TRANSOESTE LOTE - 0 (Alvorada - Jardim Oceânico).....	31
Fig. 5 - TRANSOESTE LOTE - 01 (Alvorada - Av. Benvindo de Novaes).....	32
Fig. 6 - TRANSOESTE LOTE - 02 (trecho Av. Benvindo de Novaes - Est. da Matriz)	32
Fig. 7 - TRANSOESTE LOTE - 03 (trecho Est. da Matriz até a Est. da Pedra).....	33
Fig. 8 - TRANSOESTE LOTE - 04 (trecho Est. da Pedra à Sta. Cruz e à Campo Grande) 33	33
Fig. 9 - TRANSCARIOCA LOTE - 1 (trecho Alvorada à Penha).....	34
Fig. 10 - TRANSCARIOCA ETAPA - 2.....	34
Fig. 11 - TRANSOLÍMPICA	35
Fig. 12 - TRANSBRASIL LOTE-2	36
Fig. 13 - Empreendimentos do Programa MCMV	42
Tabela 7 - Programa Minha Casa, Minha Vida - Número de unidades habitacionais e de empreendimentos contratados pelo agente financiador.	43
Fig. 14 - Unidades Autuadas pela SMU até 15/11/2014	44
Fig. 15 - Percentual por AP das Unidades Autuadas	44
Fig. 17 - Empreendimentos Autuados pela SMU até 15/11/2014.....	45
Fig. 16 - Unidades Licenciadas na SMU até 15/11/2014.....	45
Fig. 18 - Percentual por AP de Empreendimentos Autuados até 15/11/2014	46

Tabela 8 - Total de Unidades Licenciadas pela SMU por faixas Salariais	46
Fig. 19 - Total de Unidades Licenciadas pela SMU de acordo com a faixa de renda - até 15/11/2014	47
Fig. 20 - Total de Unidades Autuadas pela SMU de acordo com a faixa de renda - até 15/11/2014	47
Fig. 21 - Percentual de Unidades Licenciadas por Faixa de Renda (%) - até 15/11/2014	48
Tabela 9 - HABITE-SE de Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, acumulado até julho de 2014.....	49
Fig. 22- Número de HABITE-SE do Minha Casa Minha Vida por ano, até 2014	49
Fig. 23 - Localização dos Empreendimentos MCMV.....	50
Fig. 24 - Mapa com a Localização das Sirenes na Cidade do Rio de Janeiro.....	62
Tabela 10 - Locais das sirenes já instaladas:.....	63
Tabela 11 - Média de chuvas	64

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor 2014
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana - SIPLAN

Relatório Anual de Acompanhamento do
Plano Diretor 2014

Fonte tipográfica: Trebuchet MS, corpo variável
Diagramado para impressão em frente e verso
Formato A4 - Retrato. Margens originais (Sup. 3,5mm -
Inf. 2,5mm - Int. 3,0mm - Ext. 5,5mm)

≈4.000 Kb, PDF - 80 páginas.



**Prefeitura da Cidade do
Rio de Janeiro**

**Secretaria Municipal de
Urbanismo**

**Comitê Técnico de
Acompanhamento do
Plano Diretor**

**Relatório Anual de
Acompanhamento do
Plano Diretor**

2014

**Sistema Integrado de
Planejamento e Gestão Urbana**

